

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

ANO II - Nº 2

extensão e cultura



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**" EXTENSÃO É
O PROCESSO
QUE VIABILIZA
A RELAÇÃO
TRANSFORMADORA
ENTRE A
UNIVERSIDADE E
A SOCIEDADE. "**

Universidade Federal de Goiás



Universidade Federal de Goiás
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

extensão e cultura

Reitora

Prof.^a Dr.^a Milca Severino Pereira

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Paulo Alcanfor Ximenes

Pró-Reitora de Graduação – PROGRAD

Prof.^a Ms. Iara Barreto

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG

Prof. Dr. José Luiz Domingues

Pró-Reitora de Extensão e Cultura – PROEC

Prof.^a Dr.^a Ana Luíza Lima Sousa

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos – PRODIRH

Prof. Ms. Emilson Rocha de Oliveira

Pró-Reitora de Assuntos da Comunidade Universitária – PROCOM

Assistente Social Fátima dos Reis

Pró-Reitora de Administração e Finanças – PROAD

Prof.^a Ms. Ilka Maria de Almeida Moreira

Chefe de Gabinete

Proc. Aut. Everaldo Rocha Bezerra Costa

Assessora de Relações Públicas

Rel. Públ. Nádia Maria Alcânfor Ximenes

Coordenador de Comunicação Social

Jorn. Gilberto Alves Marinho

Coordenadora de Assuntos Internacionais

Prof.^a. Adriane Cecília Teixeira de Oliveira Teles

Ano II, n. 2 – Publicação semestral da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFG

direção

Prof.^a Dr.^a Ana Luíza Lima Sousa (PROEC)

coordenação editorial

Prof. Dr. Magno L. Medeiros da Silva (PROEC)

conselho Editorial

José Pedro Oliveira Alvarenga (EEF), Juliano Lopes de Oliveria (Coordenador de Extensão da PROEC), Lídia Andreu Guillo (ICB), Magid Elie Khouri (EEC) e Magno L. Medeiros da Silva (Coordenador de Cultura da PROEC)

redação e reportagem

Nazareth de Paula (Bolsista - PROEC)

editoração eletrônica

Joelson Santos de Souza (CEGRAF)

fotografia

Cleide Vilela (ASCOM), Arquivo Geral da UFG, Nazareth de Paula e arquivo pessoal dos professores

capa/contracapa

Clewerson Souza Netto (PROEC)

impressão e acabamento

Centro Editorial e Gráfico da Universidade Federal de Goiás

correspondência

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Universidade Federal de Goiás
Campus Samambaia – Bl. ICB III – C.P. 131
74001-970 – Goiânia – GO
Tel.: (0xx62) 521-1198 – Fax: (0xx62) 521-1328
Home page: www.proec.ufg.br
E-mail: magno@proec.ufg.br
As idéias e opiniões aqui veiculadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

Editorial

para além dos muros da universidade

Encontra-se estabelecido na Constituição de 1988 que as ações acadêmicas, o ensino, a pesquisa e a extensão, como práticas que não se separam, devem respeitar o princípio fundamental da indissociabilidade.

A Extensão Universitária, nesse contexto, concebida como a relação transformadora entre universidade e sociedade, assume e preenche o espaço do fazer acadêmico que vem sendo construído, repensando a universidade a partir de sua inserção na sociedade e de seu compromisso em atender aos desafios do mundo cotidiano. Está, pois, na prática extensionista a condição de argamassa que viabiliza ao ensino e à pesquisa estarem presentes.

O diálogo entre universidade e sociedade é provocado e conduzido pelas ações extensionistas da academia. É a forma que o fazer acadêmico possui para oxigenar seu corpo e produzir uma existência que responda aos desafios da sociedade.

O movimento que a universidade deve fazer, utilizando-se da extensão como mediadora desta ação, precisa começar dentro de si mesma, mas arriscando-se também fora de seus muros. Ela precisa estar vigilante quanto à sua função política de transformação das condições sociais de dominação. Suas funções, já amplamente reconhecidas, de produção e disseminação do conhecimento, precisam do oxigênio desta práxis revolucionária.

A práxis revolucionária é o fundamento e a finalidade do conhecimento; um conhecimento que o homem produz ao conceber as condições necessárias à sua existência, através do trabalho. O ponto de partida, portanto, para a elaboração do conhecimento, são os homens, em sua

atividade, em seu trabalho e no interior das relações sociais que eles geram. É nesse movimento, com aparência de caos e de provisório, que as relações concretas acontecem e podem transformar a sociedade. A Extensão Universitária é, pois, a expressão dessa ousadia, que rompe com os limites físicos da academia e leva todo o corpo para receber o ar 'fresco da realidade' em seus pulmões.

Dessa forma, a universidade produz mais do que conhecimento e apresenta mais do que profissionais formados com excelente qualidade técnica. O produto mais nobre e mais desejado é a formação de profissionais cidadãos, comprometidos socialmente com seu mundo e com a transformação da sociedade em um espaço com qualidade para se viver.

Neste número da revista *Extensão e Cultura*, apresentamos uma mostra do que tem sido viabilizado na prática extensionista e cultural da Universidade Federal de Goiás. Tratam-se de projetos que estão sendo executados, na sua maioria, fora dos muros da UFG, aproximando a academia, com seus alunos e servidores docentes e técnico-administrativos, da sociedade a quem pertence esta universidade. Os projetos apresentados não representam a totalidade das ações extensionistas e culturais que estão implementadas, mas nos servem de exemplo e nos ajudam na visibilidade dos demais.

A UFG tem identificado diversos parceiros que assumem conosco a tarefa da formação do profissional cidadão. E está presente na sociedade, não somente através da presença física de seus campi universitários, distribuídos em Jataí, Catalão, Rialma, Goiás, Porto Nacional e Firminópolis. O compromisso social da UFG é identificado em projetos

como o "Necasa: uma segunda casa para os adolescentes", que tem permitido abrir as portas de nossa universidade para os jovens, garantindo um espaço para as discussões dos seus problemas.

As "Olimpíadas de Matemática em Goiás" também aproximam a universidade da população que ainda não teve a oportunidade de estar do lado de dentro. Promovem um intercâmbio com as escolas de ensino fundamental e médio e buscam, através de ações em conjunto, o desenvolvimento do ensino de Matemática no Estado.

São projetos que nos permitem identificar a presença da UFG em praticamente todas as regiões da cidade, como a norte (Setor Urias Magalhães), leste (Jardim Novo Mundo, Amendoeiras), centro e também fora do município e do Estado. Esses contatos têm produzido convívios com parte de nossa sociedade, que, de outra forma, não se aproximaria da universidade, como os povos indígenas do Tocantins, as crianças, os adolescentes e os artistas.

É nesse vivenciar fora dos muros da academia que o aluno, e também o professor e o técnico-administrativo, conseguem sentir além das palavras e passam a perceber que há na sociedade mais do que números para formação dos bancos de dados das pesquisas e, mais do que expressões dos fenômenos naturais e sociais. Podem perceber que existem odores, texturas e movimentos que, somente fazendo parte do mesmo corpo, podemos sentir. Tais projetos aproximam e permitem o diálogo permanente com a sociedade, produzindo a legitimação do fazer acadêmico.

Essa postura da universidade a coloca como fator inigualável para o desenvolvimento sócioeconômico e cultural de nosso Estado. Sua relevância junto à sociedade que a sustenta deve ser sentida não só pela presença material, mas pela repercussão do cumprimento de suas funções de uma forma socializadora.

Apresentamos a Extensão Universitária e a Cultura na UFG afirmando que essas ações devem ser percebidas como a expressão de sabor das demais funções da universidade – ensino e pesquisa –, pois, do contrário, todas tornam-se insípidas, inócuas e sem fertilidade.

"A Extensão Universitária como [...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade [...]" (Fórum de Pró-Reitores de Extensão, 1990)

Profa. Dr.^a Ana Luiza Lima Sousa
Pró-Reitora de Extensão e Cultura - UFG

GT-SAS

Núcleo de Assessoria Continuada à Capacitação de Recursos Humanos em Assistência Social

Ana Luiza L. Sousa (FEN-UFG), Estelamaris T. Monego (FANUT-UFG), Maria Alves Barbosa (FEN-UFG)

apresentação

O trabalho em parceria é uma prática constante na Universidade Federal de Goiás. Sob essa perspectiva e tendo como pano de fundo o papel da academia, com seu corpo técnico altamente qualificado, em janeiro do ano 2000 foi criado o Grupo de Trabalho com a atribuição de construir o Núcleo de Assessoria Continuada à Capacitação de Recursos Humanos, o GT-SAS. Esse núcleo é produto do convênio 010/MPAS/SEAS/99, firmado entre a Secretaria de Assistência Social (SAS) e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás.

objetivos e estratégias

Os objetivos gerais do GT-SAS apresentavam-se bastante claros: criar um Núcleo de Assessoria Permanente para atividades conjuntas com os governos estadual e municipal na capacitação dos recursos humanos da Assistência Social no Estado de Goiás. Os objetivos específicos indicavam:

- Promover o trabalho conjunto com a Secretaria de Cidadania e Trabalho - GO, com vistas à formação e capacitação de recursos humanos em diferentes níveis;
- Prestar assessoramento técnico para a criação e o

funcionamento dos conselhos (estadual e municipais);

- Prestar assessoramento técnico presencial e virtual para a elaboração de planos de atendimentos específicos;
- Promover a criação de Fóruns Regionais de discussão dos diversos temas de interesse na área social;
- Participar da articulação de movimentos sociais locais.

Na perspectiva de atender a esses objetivos, foram traçadas as seguintes estratégias:

1. criar Grupo de Trabalho com técnicos da UFG e SeCT-GO

- Professores e técnicos da Universidade Federal de Goiás serão convidados a comporem o Núcleo, segundo as especificidades de categorias profissionais diferentes.
- Este grupo trabalhará em parceria com a SeCT no reconhecimento das necessidades de assessoria.
- A capacitação de recursos humanos, em todos os níveis deverá ser contemplada como prioridade nas ações de assessoria.
- Deverão ser desenvolvidos estudos para a aplicação de tecnologias educacionais com ênfase na formação e aprendizagem profissional.

2. propor a metodologia de trabalho do Grupo (GT)

- A criação do Grupo de Trabalho (Núcleo) viabilizará as ações posteriores.
- O GT estará visitando regionais do Estado para aproximação com os dados da realidade social e suas necessidades.
- O intercâmbio e a cooperação entre as instituições envolvidas deverá se consolidar nos projetos, programas e cursos, bem como na troca de materiais instrucionais e de experiências.
- Será promovida a articulação com o Conselho Estadual de Assistência Social.

3. articular-se com órgãos competentes para planejamento e execução do Censo Social no Estado

- A execução do censo social deverá ser planejada em parceria e com metodologias que utilizem os registros existentes na coleta primária de dados.
- Os dados do Censo serão utilizados como fulcro para o desenvolvimento dos projetos e programas.

4. elaborar projetos específicos atendendo às demandas detectadas pelo censo

- A elaboração dos projetos deverá estar voltada para o atendimento das necessidades detectadas pelo censo e deverá ser construída em parceria com as Secretarias (estadual e municipal).

resultados

A demanda emergencial, identificada pelo GT-SAS foi a capacitação dos técnicos da Secretaria de Cidadania e Trabalho (SECT) do Estado de Goiás, lotados no seu nível central. A meta foi a formação de multiplicadores que pudessem trabalhar o processo de capacitação dos recursos humanos do quadro desta Secretaria.

O público-alvo do treinamento foram os técnicos de nível central da SECT, incluindo as diversas superintendências. Participaram assistentes sociais, pedagogos, advogado, enfermeiro, psicólogos, nutricionista, historiador, educador físico e fonoaudiólogo.

O conteúdo do treinamento envolveu assuntos verbalizados pelo público-alvo em reunião anterior para um levantamento de necessidades sentidas, tendo como objetivo nivelar informações relativas à Política Nacional de Assistência Social, a partir de uma construção coletiva de conhecimentos. O programa proposto foi o seguinte.

1. LOAS – NOB

- A assistência social como componente da cidadania

2. o papel das lideranças

- O papel das Associações de Bairro e grupos organizados na assistência social na dimensão local

3. a qualidade total da assistência social

- A prática – a técnica – o fazer
- O processo de supervisão e avaliação

4. a família como unidade social**5. o adolescente e a família****6. a criança de creche e a família****7. o idoso e a família****8. o portador de deficiência e a família****9. a gestão de políticas públicas****10. a formação de conselheiros****11. a ética profissional nas relações interpessoais****avaliação**

A experiência de interação interinstitucional sempre apresenta uma riqueza muito grande, produto dos diferentes saberes e expectativas. Neste caso, não foi diferente. Buscou-se trabalhar numa perspectiva de temas geradores, identificados na fase inicial do trabalho. As atividades que daí seguiram terminaram por encaminhar a proposta que ora se apresenta. Por uma decisão do GT, entendeu-se que a atividade prioritária seria a formação de recursos humanos. O curso teve uma participação contínua de 34 pessoas oriundas de diferentes setores da Secretaria de Cidadania e Trabalho. A avaliação final mostra que houve um bom envolvimento do grupo, e que a estratégia atingiu os objetivos propostos.

Os conceitos emitidos na avaliação (tabela 1) apontam para

a necessidade de continuidade das atividades do GT e indicam também os pontos que devem ter sua condição melhorada. Desta forma, “A criança de creche e a família” e “O portador de deficiência e a família” foram temas sublinhados na avaliação e que devem receber atenção especial em possíveis reedições desse treinamento.

conclusão

A proposta inicial de criação de um Núcleo de Assessoria Continuada à Capacitação de Recursos Humanos, (GT-SAS) foi alcançada com êxito. A partir desta criação, o GT

estimulou e catalisou inúmeras expectativas de atuação e participação entre os parceiros.

O momento atual é de reordenação das ações com vistas à apresentação de projetos específicos que atendam às demandas identificadas.

Os exercícios de capacitação (treinamentos) devem ter sua continuidade garantida pelos multiplicadores da Secretaria que participaram da primeira atividade. Estes mesmos multiplicadores deverão participar da elaboração e execução dos projetos que estão sendo solicitados.

A partir da criação do Núcleo pretende-se o fortalecimento da parceria estabelecida e o prosseguimento de ações conjuntas. É nessa direção que as instituições envolvidas – UFG, SECT e MPAS – pretendem caminhar. X

Tema	Conceitos											
	O ótimo		B bom		R1 regular		R2 ruim		S/R sem resposta		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
LOAS – NOB	10	29.5	20	58.8	03	8.8	-	-	01	2.9	34	100.0
O papel das lideranças	16	47.1	15	44.1	02	5.9	-	-	01	2.9	34	100.0
Qualidade total da Assistência Social	09	26.5	20	58.8	04	11.8	-	-	01	2.9	34	100.0
O processo de supervisão e avaliação	08	23.6	20	58.8	03	8.8	-	-	03	8.8	34	100.0
A família como unidade social	16	47.1	12	35.3	03	8.8	-	-	03	8.8	34	100.0
O adolescente e a família	22	64.7	09	26.5	03	8.8	-	-	-	-	34	100.0
A criança de creche e a família	11	32.4	14	41.2	07	20.6	01	2.9	01	2.9	34	100.0
O idoso e a família	10	29.4	16	47.1	05	14.7	-	-	03	8.8	34	100.0
O portador de deficiência e a família	03	8.8	15	44.1	12	35.3	-	-	04	11.8	34	100.0
Gestão de políticas públicas	17	50.0	11	32.4	06	17.6	-	-	-	-	34	100.0
A formação de conselheiros	13	38.2	16	47.1	03	8.8	-	-	02	5.9	34	100.0
A ética profissional nas relações interpessoais	29	85.3	04	11.8	01	2.9	-	-	-	-	34	100.0

TABELA 1 – Estatística absoluta e % da avaliação da metodologia aplicada no Curso de Capacitação de Técnicos da Secretaria de Estado da Cidadania e Trabalho de Goiás – SECT. Goiânia, maio 2000.

PROLESTE

promoção à saúde no distrito sanitário leste

Maria Goretti Queiroz, Kelen Vieira de Queiroz, Estelamaris T. Monego, Vânia C. Marcelo, Ida Helena C. F. Menezes, Maria do Rosário G. Peixoto, Marli Moreira Barbosa, Marilda Pasquali, Paulo Roberto M. Olinto, Sizaltina P. de Amorim (UFG).



introdução

O PROLESTE foi criado em 1999, a partir da convocação de um grupo de professores das diferentes Unidades de Ensino da Saúde da UFG, pela Reitoria desta universidade, para elaborar as normas de funcionamento do Centro de Saúde Escola, a ser implementado no Cais das Amendoeiras. Esta Unidade de Saúde acabava de passar por uma reforma da estrutura física e foi incorporada pelo município de Goiânia, que atingia a Municipalização Plena. Este grupo de trabalho que se instituiu passou a pensar na possibilidade de uma intervenção mais ampliada, que extrapolasse a Unidade de Saúde. No início de 1999, este grupo promoveu um seminário com o objetivo de discutir o modelo de atenção à saúde para aquela região. O modelo de atenção à saúde discutido, neste momento, estava muito próximo ao da Promoção da Saúde. Após muita reflexão e adesão de outras Unidades de Ensino da UFG e instituições existentes na área e da possibilidade de parceria com outros órgãos da administração municipal, foi gestado o Programa de Promoção da Saúde da Região Leste -PROLESTE.

O PROLESTE tem como proposta capacitar a população da região leste de Goiânia no sentido de desenvolver ações e comportamentos que resultem na

promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Uma proposta desta natureza tem como meta a transformação da academia, buscando um ensino mais afinado com a realidade social, a formação de uma área de trabalho-piloto para treinamento de alunos, professores e técnicos da área sob intervenção, bem como a construção de um saber a ser divulgado sistematicamente, a fim de tornar o processo acessível aos interessados.

A partir desses objetivos, pensou-se em subdividir o campo de atuação deste grupo em três subprojetos: Creche e Escola Saudáveis, Centro de Saúde Escola e Pólo de Capacitação. Estes subprojetos foram desenvolvidos para ser executados na região de abrangência do Distrito Sanitário Leste (DSL), Entendendo e desenvolvendo ações neste espaço, como um local possível de enfrentar os problemas, através da participação da população.

O PROLESTE funciona como um grupo aberto de pessoas, representantes ou não de instituições que pensam a Promoção da Saúde como um paradigma de atuação na área da saúde. Todas as ações deste grupo são definidas pelo Grupo Gestor e executadas pelos subprojetos.

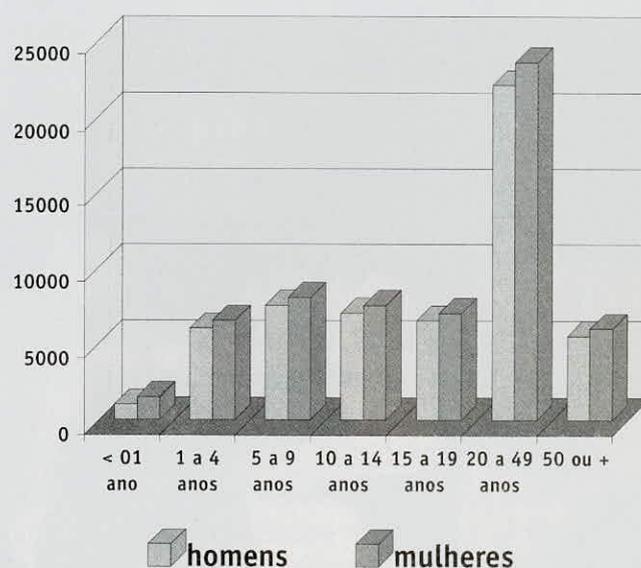
Após a caracterização do DSL serão relatadas as atividades

desenvolvidas no ano 2000, dentro de cada subprojeto. A linha de atuação do PROLESTE, como todos os projetos de promoção da saúde, trabalham visando marcar a sua presença e atuação dentro das comunidades, através de parcerias, grandes eventos, criação e divulgação de uma logomarca. E, principalmente, "pensar globalmente e agir localmente"***.

caracterização do Distrito Sanitário Leste (DSL)

A promoção da saúde é um processo que confere ao povo os meios para assegurar e melhorar sua qualidade de vida. Hoje o grande desafio da promoção à saúde é enfrentar a exclusão social através de uma estratégia de trabalho que concilie

quadro demonstrativo da população do DSL por faixa etária e sexo



aspectos econômicos, sociais e as condições de saúde em prol do desenvolvimento global do indivíduo. Afinal, a saúde é o resultado das condições concretas de vida e devem ser compreendidas como recurso com o qual todos devem contar.

Conhecer esta comunidade na qual as atividades do PROLESTE estavam sendo executadas constituiu-se em prioridade. O diagnóstico da área vem sendo feito e expandido à medida em que o conhecimento sobre o mesmo se faz necessário para a intervenção.

A população do DSL corresponde a 11,7% da população de Goiânia, sendo 48% do gênero masculino e 52% do gênero feminino. A faixa etária de 20 a 49 anos representa 38,7% da população. A taxa geométrica de crescimento é de 2,3% anual e a densidade demográfica gira em torno de 1.097 hab/Km². A dinâmica populacional é caracterizada por movimentos migratórios intensos.

A área de abrangência do Distrito Sanitário Leste compõe-se de 45 bairros numa área de 109 km². Em relação ao ambiente físico, o padrão de moradia é razoável, 87,6% das residências são providas de energia elétrica, 92% são servidas de água tratada e 11,5% dispõem de rede de esgoto. Além disso, o distrito possui sete unidades de saúde.

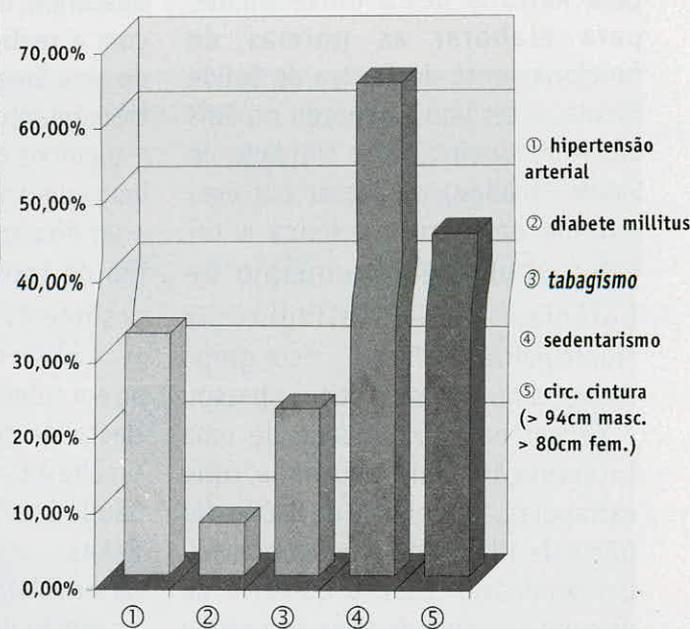
ações dos subprojetos

Através de atividades supervisionadas, alunos da UFG têm contribuído nas escolas e creches do DSL para que crianças e adolescentes adquiram conhecimentos, atitudes, valores e aptidões que promovam estilos de vida mais saudáveis. Para assegurar o sucesso deste trabalho foi realizado um amplo diagnóstico das condições sócioeconômicas e ambientais, visando à formação continuada dos recursos locais e a integração do trinômio família, creche/escola e sociedade.

O Centro Saúde Escola é uma proposta de trabalho que congrega

interesses acadêmicos e de serviços, constituindo-se em uma intervenção que visa construir um modelo de unidade de saúde voltada para a promoção de saúde, superando a visão hegemônica de um local de cura de doenças. Por isso, se consubstancia em um delineamento de atividades que visam otimizar/implementar as atividades a nível dos serviços de saúde da sua área de abrangência (DSL), ao mesmo tempo que atenda a interesses específicos na formação de acadêmicos que estejam inseridos no contexto da proposta.

distribuição dos fatores de risco para doenças não transmissíveis do DSL. Goiânia, 1999.



evento reúne profissionais da saúde na região Leste de Goiânia.



“A reorientação dos serviços de saúde requer pesquisa em saúde, bem como mudanças na educação e ensino dos profissionais da área” (Carta de Otawa, 1986). O pólo de capacitação atua na educação continuada dos profissionais de saúde do Centro Saúde Escola, bem como dos alunos da UFG e da comunidade.

Com o objetivo de implantar um conjunto de ações de promoção à saúde que visem a redução multifatorial das enfermidades não transmissíveis e transmissíveis, foi implementado o CARMEN (Conjunto de Ações para Redução Multifatorial de Enfermidades não Transmissíveis) no DSL, uma intervenção conjunta do PROLESTE, da UFG e do SMS, o qual foi responsável pelo levantamentos

dos níveis de prevalência dos fatores de risco na população.

Os resultados dos dados epidemiológicos da região apontaram para a urgência de uma intervenção, em especial sobre a hipertensão, a obesidade e o sedentarismo. Assim encaminharam-se algumas propostas de implementação/implantação de programas de combate à hipertensão e obesidade nas duas unidades de saúde de maior porte da região (CAIS Amendoeiras e Novo Mundo).

eventos promovidos pelo PROLESTE

O PROLESTE promoveu nos dias 25 e 26 de maio de 2000 o 1º Fórum de Cidadania da Região Leste. O objetivo foi ampliar o debate sobre a cidadania e a promoção de saúde, bem como identificar novas parcerias, e, principalmente, reforçar a ação comunitária. As atividades desenvolvidas nesse encontro foram planejadas com o intuito de discutir e propor soluções para os problemas levantados na região, bem como oportunizar aos participantes do evento a vivência das propostas ali apresentadas.

Como parte das comemorações dos 40 anos da Universidade Federal de Goiás, o PROLESTE promoveu a Semana da Criança na Região Leste, com o objetivo de oportunizar às crianças envolvidas conhecimentos sobre promoção da saúde, tendo como estratégia as atividades circenses.

Compareceram alunos de 11 escolas municipais de Goiânia, envolvendo professores e 2.200 alunos de 3ª e 4ª séries, que participaram de atividades na Escola de Circo do Instituto Dom Fernando (Jardim D. Fernando I), nos dias 9, 10 e 11 de outubro, nos turnos matutino e vespertino.

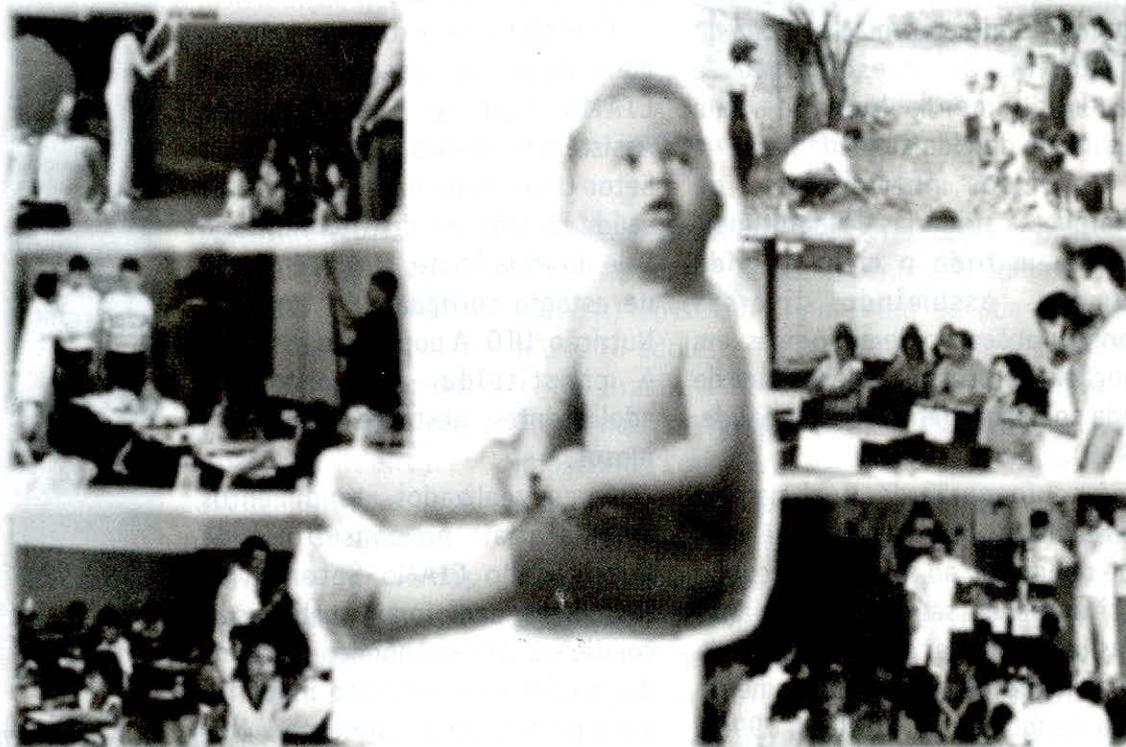
conclusão

Tendo como eixo orientador o desenvolvimento de ambientes saudáveis em municípios, escolas e creches neste caso, no Distrito Sanitário Leste, as principais linhas de ação dos trabalhos foram: políticas públicas saudáveis, criação de ambientes e entornos saudáveis, participação da sociedade,

reforça a permanência destas atividades nos programas de promoção à saúde.

Está sendo pensado uma nova estratégia de atuação junto às escolas e creches da região, visando à integração dos acadêmicos das diferentes Unidades de Ensino da UFG, que atuam na área, bem como a expansão destas atividades.

Uma experiência que não avançou muito foi a reorientação do serviço, que passa por mudanças gerenciais, de formação de recursos humanos e na representação social do processo saúde-doença. X



coordenação intersetorial e ações comunitárias para melhorar a saúde, o estilo de vida saudáveis e a reorientação dos serviços de saúde. O PROLESTE está inserido nesta proposta de promoção à saúde, tendo encontrado dificuldades apenas no que tange à mobilização de recursos e estabelecimento de alianças dentro e fora do setor. Por outro lado, o sucesso do PROLESTE é visível na mobilização e participação junto à comunidade, haja vista o sucesso conseguido com os dois grandes eventos desenvolvidos neste ano. Isto

referências bibliográficas

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Carta de Ottawa: *Promoção da Saúde*: n.1, p 11-17 ago. 1999

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Município Saudável. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/programas/ptomocao/municipio%20saudavel/tsld0001.htm>>, agosto de 1999.

ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE. Escolas Promotoras de Saúde: *Promoção da Saúde*: n.1, p26-27, agosto de 1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Relatório das atividades do Projeto de Promoção à Saúde no distrito Sanitário Leste de Goiânia, agosto de 1999.

Riscos nutricionais no Vale do Meia-Ponte

Sheila Borges, Mariana Viana Tibúrcio, Alessandra R. G. Cardoso, Maria Claret Costa Monteiro Hadler (FANUT-UFG).

introdução

A alimentação e a nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania.

Os riscos nutricionais, de diferentes categorias e magnitudes, permeiam todo o ciclo da vida humana, assumindo diversas configurações epidemiológicas em função do processo saúde/doença de cada população (Ministério da Saúde, 1999).

A conformação do atual sistema de saúde no Brasil tem influências que remontam ao início do século e a situação de saúde da população brasileira pode ser caracterizada pela diversidade ou mais objetivamente pela desigualdade (DUNCAN, 1996).

O Projeto de Extensão Vale do Meia Ponte teve o objetivo de interpretar e interferir sobre as diversas manifestações nutricionais; manifestações produzidas pela insuficiência quantitativa e/ou qualitativa de consumo de nutrientes em relação às necessidades nutricionais e manifestações produzidas pelo excesso ou desequilíbrio do consumo de nutrientes em relação às necessidades nutricionais. Cada uma dessas manifestações é influenciada, acima de tudo, pelo ambiente social, processos econômicos e políticos, pela cultura alimentar de determinada população ou grupo populacional e

também pela produção e distribuição de alimentos.

material e métodos

O Projeto de Extensão Vale do Meia Ponte foi desenvolvido no CIAMS (Centro Integrado de Assistência Médica e Sanitária) do Setor Urias Magalhães, unidade de saúde situada no distrito sanitário Vale do Meia Ponte, o qual é campo de estágio curricular do Curso de Nutrição/UFG. A população assistida é constituída por crianças, adolescentes, gestantes, adultos e idosos.

Foram realizados atendimentos ambulatoriais no consultório de Nutrição do CIAMS Setor Urias Magalhães, onde foram avaliadas as condições socioeconômico-culturais dos pacientes e realizado inquérito antropométrico e alimentar. Nos inquéritos alimentares são utilizados os métodos recordatório de 24 horas e a frequência alimentar. Realizaram-se também visitas domiciliares e atividades de educação em saúde sobre diversos temas, para diferentes grupos etários, através de preleções, dinâmicas e discussões em grupo, utilizando-se de recursos audiovisuais variados.

atividades desenvolvidas

Atendimento Ambulatorial

Durante o período de março de 1999 a junho de 2000 foram agendadas 2.054 consultas, sendo

realizadas 1.340 consultas (714 pacientes faltosos). O grande número de pacientes faltosos pode ser em parte justificado pelo período de férias e pela ocorrência de duas greves dos funcionários da Rede de Saúde de Goiânia, que levou muitos pacientes a acharem que o atendimento ambulatorial de Nutrição do CIAMS St. Urias Magalhães não estava funcionando. A Tabela 1 mostra a distribuição geral dos atendimentos em ambulatório.

Grupos populacionais	Pacientes	Frequência
	n.º	%
Crianças de 0 a 5 anos	102	7,61
Crianças de 6 a 9 anos	74	5,52
Adolescentes (10 a 19 anos)	162	12,09
Adultos (a partir de 20 anos)	943	70,37
Gestantes	59	4,40
Total	1340	100,00

TABELA 1 – Atendimentos ambulatoriais realizados no CIAMS, Setor Urias Magalhães, segundo grupos populacionais. Goiânia, março/99 a junho/2000

Atendimento ambulatorial a crianças de 0 a 5 anos

Do total de consultas realizadas em ambulatório, foram atendidas 102 crianças com idade de 0 a 5 anos. A Tabela 2 apresenta a distribuição dos atendimentos ambulatoriais de crianças entre 0 a 5 anos, segundo o estado nutricional.

Conforme Tabela 2, a maioria das crianças (n=73 / 71,57%) entre 0 a 5 anos atendidas apresentavam desnutrição, sendo que 13 crianças (12,75%) apresentavam desnutrição grave. Foram atendidas 19 crianças (18,63%) nesta faixa etária apresentando obesidade.

Conforme Nóbrega (1998), a obesidade em crianças é mais freqüente durante os primeiros anos de vida e está associada a práticas de desmame precoce e difusão de normas de dietética infantil incorretas que estimulam a superalimentação, chegando a premiar bebês obesos.

Pelo ENDEF (Estudo Nacional da Despesa Familiar/1975), a prevalência de desnutrição nas crianças menores de 5 anos era de 46,1%, caindo para 30,7%, segundo PNSN (Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição/1989). Pelo estudo da PNDS (Pesquisa Nacional em Demografia e Saúde/1996), 9,6% das crianças brasileiras apresentam desnutrição crônica, observando-se, então, a tendência da queda da prevalência de desnutrição.

Estado nutricional (percentis)*	Crianças	
	n.º	Freqüência %
>p 90º	19	18,63
p 10º – p 90º	10	9,80
p 3ºp 10º	60	58,82
<p 3º	13	12,75
Total	102	100,00

*percentuais em indicador peso/idade (padrão de referência: NCHS)

TABELA 2 – Atendimentos ambulatoriais de crianças entre 0 a 5 anos no CIAMS Setor Urias Magalhães, segundo o estado nutricional.

Entre as influências que incidiram diretamente na melhoria do estado nutricional, pode-se afirmar que os fatores determinantes na queda da desnutrição são: melhorias de saneamento básico, ações de promoção nutricional, incentivo ao aleitamento materno, vigilância do crescimento, o diagnóstico precoce da desnutrição, maior cobertura vacinal, queda da fecundidade e a própria suplementação alimentar (PNSN, 1989).

A predominância do atendimento ambulatorial às crianças desnutridas menores de 5 anos, provavelmente,

deve-se ao fato de que geralmente essas crianças assistidas são menores de 2 anos de idade e pertencem ao Programa de Combate às Carências Nutricionais, sendo encaminhadas por pediatras e assistentes sociais.

Atendimento ambulatorial a crianças de 6 a 9 anos

Foram atendidas 74 crianças entre 6 a 9 anos de idade. A Tabela 3 apresenta a distribuição geral dos atendimentos a este grupo.

Através dos dados apresentados na Tabela 3, observou-se predominância no atendimento às crianças com algum grau de obesidade (n=46 / 62,16%).

Nas últimas décadas as mudanças nos hábitos alimentares foram enormes. A prática de assistir televisão por várias horas por dia, a difusão dos jogos eletrônicos, o abandono do aleitamento materno, a utilização de alimentos

formulados na alimentação infantil e a introdução de alimentos industrializados, com maior densidade energética são fatores que devem ser considerados na determinação do crescimento da obesidade infantil (Nóbrega, 1998).

Atendimento ambulatorial aos adolescentes (10 a 19 anos)

Foram atendidos 162 adolescentes, sendo que a Tabela 4 apresenta a distribuição geral do atendimento ambulatorial aos adolescentes no CIAMS St. Urias Magalhães.

Estado nutricional	Crianças	
	n.º	Freqüência %
Desnutrido	15	20,27
Eutrófico	13	17,57
Sobrepeso	28	37,84
Obeso	18	24,32
Total	74	100,00

TABELA 3 – Atendimentos ambulatoriais de crianças entre 6 a 9 anos no CIAMS Setor Urias Magalhães.

Pelos dados apresentados na Tabela 4, observou-se que a maioria dos adolescentes atendidos (n=92/ 56,78%) possuíam algum grau de obesidade. Do total, 16 adolescentes (9,88%) eram desnutridos.

No Brasil, a obesidade vem se tornando um problema emergente e, para enfrentá-lo, seria importante considerar a adolescência. No entanto, a definição de um peso adequado, que já é difícil em adultos, torna-se particularmente problemática entre adolescentes, uma vez que um padrão de peso adequado em adolescentes deve levar em conta o sexo, a idade, a estatura, bem como o estágio de maturação sexual (Sichieri & Allam, 1996).

Estado nutricional	Adolescentes	
	n.º	Freqüência %
Diabéticos	2	1,23
Desnutrido	16	9,88
Eutrófico	52	32,10
Sobrepeso	57	35,18
Obeso	35	21,60
Total	162	100,00

TABELA 4 – Atendimentos ambulatoriais aos adolescentes no CIAMS Setor Urias Magalhães.

Atendimento ambulatorial às gestantes

Foram atendidas no consultório de nutrição do CIAMS St. Urias Magalhães 59 gestantes. A Tabela 5 apresenta a distribuição geral do estado nutricional, segundo Curva de Rosso, das gestantes atendidas.

Segundo Worthington-Roberts, Vermeersch & Williams (1986), a boa nutrição durante a gravidez não é só fundamental para fornecer os nutrientes necessários ao crescimento dos tecidos fetais e maternos, como também para as adaptações fisiológicas que ocorrem durante a gravidez.

Os determinantes potenciais do baixo peso ao nascer podem influenciar o curso da gestação e o crescimento intra-uterino, sendo o baixo peso multifatorial. Dentre as principais causas incluem-se, além daquelas relacionadas ao estado nutricional materno, a idade da maternidade, a paridade, o nível socioeconômico, a escolaridade, a atenção pré-natal, o tabagismo, a idade gestacional e reprodutiva (Carmo et al., 1998).

alimentares de alta qualidade nutricional, evitando-se alimentos ricos em calorias (Mahan & Arlin, 1995). Das gestantes atendidas em ambulatório, 13,56% estavam acima do peso esperado para a altura.

Atendimento ambulatorial aos adultos (acima de 20 anos)

Foram executadas 943 consultas envolvendo adultos. A Tabela 6 apresenta a distribuição geral destas consultas, segundo as patologias encontradas nos pacientes.

Pelos dados apresentados na Tabela 6, observa-se que a maioria dos atendimentos ambulatoriais aos adultos envolvia pacientes obesos com nenhuma outra patologia associada (n=478 /50,69%). Percebe-se também uma maior prevalência do atendimento ambulatorial aos adultos apresentando algum grau de obesidade, seja de forma isolada ou associada a outras patologias, correspondendo a 78,88%(n=744) dos pacientes adultos.

Dados do Ministério da Saúde (PNSN/89) revelaram que existem 27 milhões de indivíduos adultos com sobrepeso e obesidade no Brasil (índice de massa corpórea superior a 25 Kg / m²), correspondendo a 32% da população adulta. Indivíduos com índice de massa corpórea superior a 30 Kg/m², cerca de 8% da população adulta, correspondendo a 6,8 milhões, sendo 4,9 milhões de mulheres e 1,9 milhões de homens (Dutra-de-Oliveira, Cunha & Marchini, 1996).

Estado nutricional (Curva de Rosso)	Gestantes	
	n.º	Frequência %
Região A (baixo peso)	36	61,02
Região B (normal)	15	25,42
Região C (sobrepeso)	8	13,56
Total	59	100,00

TABELA 5 – Atendimentos ambulatoriais às gestantes no CIAMS Setor Urias Magalhães.

Gestantes obesas têm maiores índices de complicações obstétricas, devendo ser enfatizadas escolhas

Patologias	Adultos	
	n.º	Frequência %
Hipertensão + Obesidade	121	12,82
Hipertensão + Diabetes	52	5,51
Hipertensão + Diabetes + Obesidade	78	8,27
Obesidade	478	50,69
Obesidade + Diabetes	67	7,10
Diabetes	72	7,64
Desnutridos	43	4,56
Outros	30	3,18
Total	943	100,00

TABELA 6 – Atendimentos ambulatoriais de adultos no CIAMS Setor Urias Magalhães, segundo as patologias.

O ganho de peso populacional verificado nas últimas décadas não parece ser explicado por fatores globais relativos ao consumo de alimentos. Dadas as características de predomínio da pobreza, do modelo concentrador de renda, do alto percentual de indigência na população, cabe, entretanto, indagar se a obesidade é reflexo de alto padrão de consumo de todos os tipos de alimentos, ou se são resultado de uma dieta desequilibrada, em que predominam alimentos hipercalóricos. Tal mudança poderia ser explicada pelo fato de que falta orientação alimentar adequada e, em grande parte os alimentos hipercalóricos (cereais, óleo, açúcar) são mais baratos e, portanto, mais acessíveis, ou ainda, porque eles constituem hábito alimentar incorporado tradicionalmente pela população (Dutra-de-Oliveira, Cunha & Marchini, 1996).

atividades de educação em saúde

As atividades de educação em saúde podem ser vistas como um mecanismo de interação entre o saber científico e o popular, com o objetivo de socialização do saber científico e de reconhecimento social do saber popular. Assim, constitui-se em

meta de atuação que possibilita, a médio e a longo prazos, que o indivíduo exerça maior prevenção e controle de doenças que possam vir a instalar-se (Duncan, Schmidt & Giugliani, 1996).

Ao todo houve a participação de 1534 pessoas nestas atividades de educação em saúde. A tabela 7 apresenta a distribuição do total de participantes em todas as palestras desenvolvidas.

Grupos	Participantes
	n.º
"Programa do Leite" 12 reuniões (mensais)	588
Grupo de gestantes reuniões mensais	105
"Emagrecendo com Saúde" 9 reuniões (mensais)	193
"Emagrecendo com Saúde para crianças e adolescentes" 2 reuniões (mensais)	18
Hipertensão e diabetes 9 reuniões	360
Escolares (Escola Estadual Aécio Oliveira de Andrade) 6 palestras	180
Idosos 11 palestras	90
Total	1.534

TABELA 7 – N.º de participantes nas palestras realizadas no CIAMS Setor Urias Magalhães entre o período de março de 1999 a junho de 2000.

outras atividades realizadas

- Acompanhamento do estado nutricional mensal das crianças inscritas no "Programa do leite": 126 crianças.
- Participação com palestras ou orientações individualizadas em diferentes campanhas como:
 - Dia Nacional de Hipertensão - 26/4/99
 - Semana do Aleitamento Materno
 - Campanhas de vacinação infantil

- Dia Nacional de Combate ao Diabetes - 14/11/99
- Visitas domiciliares aos pacientes que não compareceram em consultas de retorno e a algumas crianças cadastradas no "Programa do Leite".
- Palestra sobre "Alimentação da gestante" no Centro de Saúde da Vila Santa Helena" para grupo de gestantes. Público = 18 gestantes.

conclusões

Através dos dados apresentados, a população assistida pelo Projeto de Extensão Vale do Meia Ponte durante o período de março de 1999 a junho de 2000 foi de 2.874 pessoas, valendo ressaltar que este projeto continua em andamento e que não foram consideradas as outras atividades mencionadas, como as campanhas educativas.

Nas palestras educativas foram realizadas avaliação diagnóstica

(início), formativa (durante) e somativa (final) com acima de 85% de acertos nas questões formuladas no seu encerramento, mostrando uma adequada transmissão e assimilação pelo público-sujeito dos conteúdos.

O atendimento ambulatorial de Nutrição no CIAMS do Setor Urias Magalhães apresentou uma grande demanda e melhoria do estado nutricional dos pacientes durante o tratamento.

O Projeto Vale do Meia Ponte, que conta com a participação de uma equipe multiprofissional, teve um grande público beneficiário, incluindo crianças, adolescentes, gestantes, adultos e idosos, mostrando estar atingindo o seu objetivo de maior integração da Universidade com a sociedade. X

referências bibliográficas

- CARMO, M. G. T., et al. Avaliação ponderal de gestantes atendidas na Maternidade-Escola da UFRJ e sua relação com o peso ao nascer. *Jornal Brasileiro de Ginecologia*. v.108, n. 5, p.151-157, 1998.
- DUNCAN, B. B., SCHMIDT, M. I., GIUGLIANI, E. R. J. *Medicinal ambulatorial: condutas clínicas em atenção primária*. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1996. 854p.
- DUTRA-DE-OLIVEIRA, J. E., CUNHA, S. F. C., MARCHINI, J. S. *A desnutrição dos pobres e dos ricos: dados sobre a alimentação no Brasil*. São Paulo: Ed. Sarvier, 1996. 123p.
- MAHAN, L. K. e ARLIN, M. T. *Alimentos, nutrição e dietoterapia*. 8. ed. São Paulo: ROCA, 1995. 957p.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política nacional de alimentação e nutrição*. Secretaria de Políticas de Saúde, fev. 1996. 39p.
- NÓBREGA, F. J. *Distúrbios da nutrição*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998. 463p.
- INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO – PNSN – Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição. 2. ed., 1990. 33p.
- SICHIERI, R., ALLAM, V. L. C. Avaliação do estado nutricional de adolescentes brasileiros através do índice de massa corporal. *Jornal de Pediatria*, v. 72, n. 2, p.80-84, 1996.
- WORTHINGTON-ROBERTS, B.S., VERMEERSCH, J., WILLIAMS, S. R. *Nutrição na gravidez e na lactação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1986. 365p.

Parcerias com a comunidade do Jardim Novo Mundo

Célia Maria Ferreira da Silva Teixeira¹

resumo

O presente trabalho trata do relato de experiências em Psicologia Comunitária, desenvolvidas no bairro Jardim Novo Mundo, constituindo uma parceria UFG - unidade de Saúde CAIS do Jardim Novo Mundo e Associação de Moradores e Amigos do Jardim Novo Mundo. A intervenção objetiva o desenvolvimento das pessoas como sujeitos históricos, capazes de criar espaços relacionais e potencializar ações individuais e coletivas, através da identificação de recursos existentes na comunidade do bairro. Como estratégia de trabalho foram realizadas reuniões multifamiliares, com perspectiva voltada para a prevenção e com ênfase nas relações sociais e na metodologia psicodramática, que alia a ação à expressão verbal dos participantes.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária, reunião multifamiliar, comunidade.

justificativa para o trabalho

Este trabalho surgiu em decorrência de dois aspectos: primeiro, como resultado da exigência de elaboração do trabalho final da disciplina Psicologia Comunitária, cursado pela autora no Doutorado em Psicologia da Universidade de

Brasília (UnB) e, segundo, como uma forma de atender o desejo de implementar ações conjuntas entre NECASA e CAIS do Jardim Novo Mundo, que pudessem estreitar ainda mais os vínculos existentes entre essas duas instituições, por meio do programa de adolescentes (uma extensão do NECASA).

bases de sustentação teórica

As bases de sustentação teórica, que alimentam o trabalho encontram-se assentadas no conhecimento de um novo pensar sobre o homem multidimensional, resultado de interações.

A proposta, cujo caráter prático encontra-se fundamentada na perspectiva do trabalho em comunidade, privilegia a construção grupal e tem como pressupostos a epistemologia da complexidade (Morin, 1996), a prática de redes sociais (Sudbrack, 1996) a família vista como um sistema (Minuchin, 1982) que opera em contextos sociais, em que cada um tem seu papel e sua responsabilidade na manutenção da dinâmica social e na saúde mental de seus membros.

A utilização da metodologia psicodramática (Moreno) no contexto da comunidade, promove e facilita as expressões de espontaneidade, criatividade

e inovação nas interações, seguindo as etapas de uma sessão psicodramática: aquecimento, dramatização e compartilhamento.

experiência

Com base nesses pressupostos teóricos e metodológicos, o trabalho desenvolve-se, em todos os momentos, dentro de uma perspectiva participativa, buscando a compreensão sistêmica, com foco nas relações existentes, nos acontecimentos e suas ligações com os contextos em que ocorrem.

objetivos

- Sensibilizar os profissionais para as possibilidades de realização de ações integradas num contexto comunitário.
- Identificar recursos individuais e coletivos na comunidade do bairro.
- Potencializar ações individuais e coletivas, visando o desenvolvimento das pessoas como sujeitos históricos, capazes de criar espaços relacionais.

metodologia

Como estratégia para o desenvolvimento do trabalho comunitário foi escolhida a reunião multifamiliar, por se entender que essa modalidade de trabalho constitui a criação de um espaço relacional, em que experiência e vivência adequadas podem se ampliar, possibilitando avanços nas interações e nas reflexões pessoais (Costa, 1997).

¹Professora da Faculdade de Educação e Coordenadora do Projeto/ UFG. Outros participantes do projeto: Cirlene Maria da Silva – Assistente Social – NECASA/ UFG; Tânia da Silva Ferreira – Professora ICB/ NECASA; Ceres Cândido de Souza – Psicóloga – Unidade de Saúde CAIS do Jardim Novo Mundo; Dalvani R. da Silva Ponciano – Diretora da Unidade de Saúde CAIS do Jardim Novo Mundo; Paulo Roberto Campos Crespo – Médico Pediatra – CAIS Jardim Novo Mundo; Eliane Olímpico de S. Rocha – Médica Pediatra CAIS Jardim Novo Mundo; Cláudia Batista Costa – Enfermeira – CAIS Jardim Novo Mundo; Ana Maria Oliveira – Professora do IPTESP/ UFG; Mariza Maia – Presidente da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Novo Mundo; Jane Maria – Coordenadora Pedagógica da Escola Agenor Cardoso de Oliveira e da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Novo Mundo; Cláudia da Silva Oliveira – estudante de Medicina/ UFG.

plano de intervenção

Primeira fase (diagnóstico exploratório)

Permitiu:

- A obtenção de informação sobre a comunidade do bairro (características da população a ser beneficiada; conhecimento das entidades de classes existentes no bairro; identificação inicial das necessidades dos destinatários do projeto);
- Sensibilizar os profissionais do CAIS para as possibilidades de execução de um projeto comunitário;
- Estabelecer ações integradas, conjuntas com profissionais do NECASA, CAIS do Jardim Novo Mundo e representantes da Associação de Moradores do bairro.

A segunda fase (execução)

A partir da existência de um grupo de trabalho (com a participação de várias instâncias de bairro, como a direção da escola da Associação de Moradores, profissionais do CAIS e elementos do NECASA), foi planejada a realização das reuniões multifamiliares. O grupo decidiu, então, realizar as reuniões multifamiliares no espaço da escola da Associação de Moradores, com intervalos quinzenais, no período da noite, para facilitar o comparecimento das famílias. A elaboração e confecção do convite para a primeira reunião ficou a cargo do grupo. A partir da discussão conjunta, foi escolhida a ilustração e o texto para o convite. Um representante da

Associação de Moradores trouxe a idéia para ilustração (arte) e o texto foi uma co-construção dos participantes do projeto.

Assim, na primeira reunião, foram levantadas, juntamente com todos os participantes as necessidades e expectativas para esse tipo de trabalho. Com a presença de 50 pessoas, a reunião seguiu os passos planejados, trazendo informações importantes e concretizando a idéia de que o ser humano é capaz de auto-organizar-se, capaz de produzir alternativas frente às incertezas (Morin,1996).

A participação dinâmica dos pais, filhos e professores trouxe a certeza da possibilidade de se construir um trabalho em rede, buscando resgatar funções e competências existentes, mas, às vezes, desconhecidas.

fragmentos da primeira reunião

Na primeira reunião, foi dado foco inicialmente aos aspectos positivos dos pais, professores e filhos, para em seguida, estes ancorarem-se nas preocupações. Isso fez surgir muitos sentimentos de surpresa diante dos conteúdos que eram expressos, permitindo-nos o conhecimento da dimensão relacional e o significado das pessoas e do momento em que se encontravam naquele determinado ciclo de vida. Os adolescentes apontaram como coisas boas: o bairro, a casa, a família, poder olhar para as garotas de sua idade, etc. Quanto às preocupações, esses adolescentes sinalizaram com sabedoria, a inquietação com os avós, com os vícios dos pais, a relação com alguns professores e a solidão. Da parte dos pais e

educadores as preocupações residem em questões vinculadas à educação dos filhos: violência, drogas, problemas de relacionamento em casa, brigas com os irmãos, etc.

A partir da identificação do nível de preocupação (não se usou com os pais, filhos e professores o termo problema) foram planejadas as reuniões seguintes.

Obs.: A primeira e a terceira reunião foram registradas e filmadas

Terceira fase (avaliação)

A avaliação ocorre durante todo o processo de execução do projeto. A equipe avalia os objetivos, os efeitos e as dificuldades que podem estar interferindo no alcance das metas previstas.

Após cada reunião multifamiliar, ocorre o processamento da reunião, momento em que profissionais e representantes da comunidade se auto-avaliam quanto à participação na reunião e quanto à construção de alternativas metodológicas, com vistas aos novos arranjos que se fizerem necessários face às interferências externas.

resultados

Embora o projeto de intervenção com reunião multifamiliar não tenha sido encerrado (previsão para final de novembro) já se percebe a riqueza da experiência, cujos pontos positivos permitem ressaltar:

- A reunião multifamiliar tem-se mostrado um local de vivência democratizante, onde as pessoas encontram espaço e reforço para suas expressões, como a obtenção de alívio para o sofrimento dos pais de crianças e adolescentes.
- A oportunidade de: aprendizado pessoal – a escutar a compartilhar suas idéias sobre educação dos filhos; aprendizagem envolvendo a família – a importância da presença nas reuniões dos maridos, das esposas, das pessoas de casa; aprendizagem pedagógica para os profissionais, mediante a aquisição de um novo modelo de trabalho relacional e para as famílias, mediante a

obtenção de informações sobre o papel da família, sua função e competência como educadores e parceiros da escola no processo educativo de crianças e adolescentes.

- O momento que os pais têm para compartilharem experiências, possibilitando avanços nas interações e reflexões pessoais, como foi o caso de uma mãe, que ao vivenciar o trabalho onde se discutia a noção do ciclo vital familiar, exclamou: "ah, agora eu entendo por que minha filha saiu de casa." (o *insight* ocorreu quando ela tomou conhecimento da fase saída dos filhos, um momento pelo qual a família passa). A mãe pôde compartilhar suas ansiedades, tristezas e preocupações vividas. A experiência possibilitou que ela integrasse esse novo conhecimento à sua vida.
- A aprendizagem obtida através da experiência do trabalho co-construído entre profissionais de diferentes áreas do saber (médicos, psicólogos, assistentes sociais, professores e estudantes) comprova que é possível utilizar conhecimento interdisciplinarmente. A metodologia psicodramática possibilitou ainda aos profissionais o treino do papel de ego-auxiliar em situações trazidas pelos protagonistas do grupo maior (pais), evidenciando que procedimentos sociodramáticos são capazes

de exteriorizar e objetivar os fenômenos de uma comunidade. A possibilidade de se trabalhar através do desempenho de papéis relacionais (pais e filhos) clarifica os padrões interacionais que se encontram pautados pela cultura e sociedade.

conclusão

- A proposta de reunião multifamiliar evidencia a possibilidade de se trabalhar sob enfoque participativo (UFG, CAIS e Comunidade), em que as diferenças (papéis profissionais/ pessoas do bairro) promovem mudanças e a riqueza de criatividade e da espontaneidade traz inovação à vida, favorecendo o resgate das possibilidades de pessoas as reconhecerem seus recursos e competências para a resolução de seus problemas.
- O enfoque trazido pela psicologia comunitária faz com que o profissional saia de seu contexto protegido (NECASA/CAIS), buscando associar-se a não-profissionais e adentre os contextos de uma comunidade menos favorecida economicamente, tornando possível trabalhar numa perspectiva também de prevenção e cumprir um papel de transformador social.
- Os desafios advindos da precariedade social e da privação econômica são bons motivos para que a universidade procure integrar a extensão, o ensino e a pesquisa. Indiscutivelmente, à medida em que se integra

saberes e práticas, afasta-se da perspectiva individual para a criação dos trabalhos coletivos, como é o caso daqueles realizados em comunidades, entendendo-se que as pessoas são capazes de re-criar suas histórias. **X**

referências bibliográficas

- COSTA, Liana F. *Reuniões multifamiliares: uma proposta de intervenção em Psicologia Clínica na comunidade*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado)_Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo.
- DABAS, Elina & NAJMANOVICH, Denise. *Redes: el lenguaje de los vínculos. Hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil*. Buenos Aires: Paidós, 1995.
- MINUCHIN, Patrícia, COLAPINTO, Jorge & MINUCHIN, Salvador. *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- MINUCHIN, Salvador. *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- MORENO, Jacob Levy. *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- MORIN, Edgar. *Epistemologia da complexidade*. Em *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. In: D.F. Schnitman (Org.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PAKMAN, Marcelo. *Desenhando terapias em saúde comunitária: poética e Micropolítica dentro e além do consultório*. Nova Perspectiva Sistêmica, ano VIII v. 13, p. 6-25.
- QUINTAL DE FREITAS, Maria de Fátima. *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à Autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SLUZKI, Carlos E. *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- SUDBRACK, Maria F. O. *Construindo redes sociais: metodologia de prevenção à drogadição e à marginalização de adolescentes de famílias de baixa renda*. In: Rosa Maria de Macedo (Org.). *Família e comunidade*. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisas e Pós-Graduação em Psicologia, 1996.

Formação Continuada de Professores do ensino fundamental

Maria Emilia de Castro Rodrigues (FE-UFG)

O Projeto de Extensão "Formação Continuada de Professores de Adolescentes, Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação, que Atuam na Primeira Fase do Ensino Fundamental", reeditado em 1999 e 2000, sob a coordenação da professora Maria Emilia de Castro Rodrigues, foi desenvolvido, pela primeira vez, em 1996 e 1997, pela professora Maria Margarida Machado, sob o título "Ensino Noturno na

Rede Municipal de Goiânia – Programa de Atendimento a Adolescentes, Jovens e Adultos" e, em 1998, com o título "Formação Continuada de Professores do SEAJA¹/SME que Atuam na Primeira Fase do Ensino Fundamental".

Tais projetos foram pensados como parte da formação continuada de professores que atuam na

Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Goiânia. Até 1997, ele se voltava para as turmas de ensino regular de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental noturno e, a partir de 1998, passou a contemplar também a "Experiência Pedagógica de 1ª a 4ª Séries do Ensino Fundamental para Adolescentes, Jovens e Adultos", mais conhecida como Projeto AJA, implantado na SME de Goiânia, em 1993. Foi a partir de 1998 que a parceria entre a Faculdade de Educação/UFG e a SME para a realização da formação continuada dos professores de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental noturno e do Projeto AJA, passou a certificar os participantes, enquanto atividade de extensão universitária

O projeto de extensão de formação continuada (versão 2000) está sendo editado pela quinta vez consecutiva, por ser compreendido como um projeto em progressivo processo de renovação e de extrema necessidade para a formação continuada de profissionais que atuam com adolescentes, jovens e adultos. Até mesmo porque os cursos de formação inicial², em Goiás, não contemplam em seus currículos a especificidade do trabalho com este segmento da população. Além disso, o ato

educativo é sempre um processo "inusitado" e, a cada ano, um número maior de adolescentes, jovens e adultos têm procurado as escolas, no turno noturno, para que possam usufruir de um direito de todo cidadão: ter acesso, permanecer e concluir o ensino fundamental, necessitando, para isso, de professores atualizados, que desenvolvam um ensino de qualidade.

Tendo em vista que a formação docente é um processo sempre inacabado, tomamos a proposição deste projeto como um desafio posto para a EAJA, para a SME e para a Faculdade de Educação (FE), ao qual acreditamos ser possível responder através de um trabalho desenvolvido por professores do curso de Pedagogia, em parceria com a equipe pedagógica do ensino noturno³, do CEFPE da SME, trazendo repercussões importantes para as instituições envolvidas, a partir do momento em que, juntas, se

propõem a repensar a realidade de atendimento a adolescentes, jovens e adultos na primeira fase do ensino fundamental, com aqueles que atuam no processo educativo do ensino noturno: professores, coordenadores e diretores das unidades escolares.

A formação empreendida semanalmente parte do pressuposto da necessidade de os educadores refletirem criticamente sobre a sua atuação, envolvendo nesse processo, educadores e coordenadores que se encontram para orientação, discussão, planejamento e avaliação dos trabalhos realizados na sala de aula e na escola como um todo. Nesses encontros, há trocas de experiências e reflexões teórico-práticas, à luz de estudos teóricos dos princípios do ato educativo e temas geradores desenvolvidos nas escolas, além de reflexões sobre a prática pedagógica, se utilizando,

²Aqui tomamos a formação inicial dos professores como aquela empreendida nos cursos de ensino médio ou de graduação em nível superior para formação dos professores, conforme a LDB nº 9.394/96 prevê.

³A assessoria a esta equipe não envolve diretamente os professores de 5ª a 8ª séries.

SEAJA/SME - Setor de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Goiânia, responsável pelo acompanhamento pedagógico do Ensino Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos que funciona no período noturno e pelo Projeto AJA, até o ano de 1998. A partir de 1999, a equipe que compunha o SEAJA/SME, foi distribuída no Centro de Estudo, Formação e Pesquisa na Educação (CEFPE), Unidades Regionais e Ensino (UREs) e no Departamento de Ensino da Secretaria Municipal de Educação (SME), objetivando acompanhar todo o Ensino Fundamental. No início do ano 2000, foi rearticulada a equipe de Ensino Noturno da SME de Goiânia.

seminário discute a formação continuada de professores



inclusive, dos dados presentes nos relatórios diários dos professores.

É pela indagação, reflexão e análise das causas e conseqüências da ação docente, de forma criteriosa e fundamentada, que se busca tomar consciência dos problemas da prática do ensino, formulando mais e novos saberes sobre a prática, a partir dela. Assim, concebemos que a formação dos professores se dá num *continuum*, enquanto seres históricos incompletos (Paulo Freire, 1987, 1996), que vão se constituindo ao longo do processo de formação profissional.

A continuidade dos esforços empreendidos neste projeto de extensão assenta-se no tripé da articulação "ensino, pesquisa e extensão", presente na Universidade Federal de Goiás, e que, ao ser colocado em prática, traz benefícios não só para a comunidade externa como também para a comunidade interna, o que temos presenciado com o processo de reflexão e investigação que o envolvimento da Faculdade de Educação (FE) com os cursos de formação continuada têm possibilitado.

Por ser um projeto que propicia a integração da universidade com a sociedade, gerando benefícios para ambas, ao longo de seu desenvolvimento estabeleceram-se vínculos entre professores da SME, entre alunos do curso de Pedagogia (UFG), entre a equipe de coordenação da FE/UFG e SME/Goiania. Estes vínculos firmaram-se à partir da preocupação com a EAJA, e do objetivo de juntos repensarem a realidade desse atendimento na primeira fase do Ensino Fundamental. Assim, tem-se buscado atingir o objetivo geral do projeto de extensão, que é "contribuir para a formação continuada de 180 profissionais (professores, coordenadores e diretores) que atuam na educação de adolescentes, jovens e adultos, na primeira fase do Ensino Fundamental, em escolas públicas da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, através da oferta de curso de extensão e seminários temáticos que possibilitem o aprofundamento teórico-metodológico da realidade da educação de adolescentes, jovens e adultos".

Pelo trabalho desenvolvido na formação continuada destes profissionais, temos procurado, por meio da reflexão sistematizada sobre os fundamentos teórico-práticos do cotidiano da escola, da especificidade da EAJA, da metodologia de temas geradores, da perspectiva interdisciplinar, da avaliação e da disciplina no contexto escolar, favorecer a melhoria da formação dos profissionais que atuam na Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos; possibilitar a melhoria do trabalho do professor na prática cotidiana, por meio da discussão, dos relatos e trocas de experiências de trabalho e de outras práticas reflexivas; contribuir para que todos os envolvidos no projeto compreendam a formação profissional como um processo sempre inacabado, de responsabilidade pessoal e construção coletiva; e refletir sobre os saberes necessários à prática educativa no contexto da EAJA, bem como sobre o papel do professor e as dimensões de sua prática.

A metodologia adotada neste projeto de extensão contempla três modalidades: encontros presenciais, leituras orientadas e participação em seminários temáticos. Os encontros presenciais perfazem um total de 120 horas, incluindo os encontros semanais com os professores, para o aprofundamento de temas propostos, análises, reflexões e trocas de experiências sobre a prática na EAJA.

As leituras orientadas são destinadas 33 horas, quando os professores têm a oportunidade de entrar em contato com produções que vêm relatando experiências com temas geradores, interdisciplinaridade, avaliação, disciplina e pesquisa/ação, dentre outros, que podem propiciar embasamento da prática pedagógica.

Os seminários temáticos perfazem um total de 27 horas e têm por finalidade estabelecer um diálogo entre experiências em EJA, bem como aprofundar e discutir temas relativos ao cotidiano escolar.

Em 1998, o Projeto de Extensão atendeu a 60 educadores. Em 1999, certificou 128 professores. Em 2000, estão participando 180 professores e coordenadores que atuam no Projeto AJA, numa parceria entre a FE/UFG e a SME de Goiânia. O público-alvo, indiretamente atingido por esse projeto de extensão, é de 4.050 alunos adolescentes, jovens e adultos. Este trabalho constitui-se em uma

contribuição no sentido de nos voltarmos para o resgate de uma dívida de toda a sociedade com aqueles que sempre foram alijados do processo educativo: jovens e adultos analfabetos ou semi-analfabetizados.

São responsáveis pelo desenvolvimento deste projeto de extensão as professoras da FE/UFG Luciana Freire E. C. P. de Sousa e Maria Emilia de Castro Rodrigues e os professores que integram a Equipe de Ensino Noturno da SME Adelaídes Gusmão Viana, Aleir Ferraz Tenório, Euzélia da Silva Reis, Geva Gomes

Marques,

Janaína Cristina

de Jesus,

Roberto

Antônio Penedo

do Amaral. O

projeto conta

também com a

bolsista de

extensão Rosita

Bueno Vieira.

Como parte

do projeto, há

reuniões

quinzenais, do

Grupo de

Estudo de

Educação de

Adolescentes,

Jovens e

Adultos

(GEAJA), às

segundas-

feiras, no

Núcleo de

Formação de

Professores, na

sala 238, para

estudo e

aprofundamento

em relação à

Educação de



professores participam de atividades sócio-educativas

Segundo a avaliação dos professores do Projeto AJA, a formação continuada tem se configurado como um espaço fundamental, afirmando que ela (ou nela):

(...) É interessante e propicia um crescimento significativo enquanto profissionais.

Proporciona o enriquecimento da prática pedagógica coerentemente com os princípios do AJA.

(...) procura sanar as nossas dificuldades, dúvidas e anseios.

A fundamentação teórica é importante para estarmos refletindo nossa prática, tentando modificá-la ou melhorá-la.

A troca de experiências favorece a integração, o crescimento do grupo, levando todos a uma auto avaliação.

A integração do grupo nos leva a ter confiança para expor nossas dúvidas, questionamentos e dificuldades encontrados na nossa prática ("Documento Síntese da II Avaliação Trimestral do Projeto AJA", set./1999, no qual os professores avaliaram a formação continuada, p.8).

Adolescentes, Jovens e Adultos, para professores e alunos da FE/UFG, para a equipe coordenadora pela SME, bem como para demais interessados na temática. X

referências bibliográficas

ANDRÉ, M. E. D. A. A construção da pesquisa etnográfica para a construção do saber didático. In: OLIVEIRA M.R.N.S. (org). *Didática: ruptura, compromisso e pesquisa*. Campinas: Papirus, 1993. p. 11-12.

DI PIERRO, Maria Clara. *Um estudo de Política Municipal de Educação Básica de Jovens e Adultos: O caso de Porto Alegre*. Caxambu, 1996 (Texto apresentado na 18ª ANPED).

DOCUMENTO SÍNTESE DA II AVALIAÇÃO TRIMESTRAL DO PROJETO AJA. Goiânia, set/1999. (mimeo)

FAZENDA, Ivani C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 2. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1982.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERALDI, João Wanderley. O ensino e as diferentes instâncias de uso da linguagem. In: *Em Aberto*. Brasília, ano 10, n. 52, 1991.

GERALDI, Corinta Maria Grisolia et alii (Orgs.) *Cartografias do trabalho docente: professor(a) – pesquisador(a)*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil- ALB, 1998.

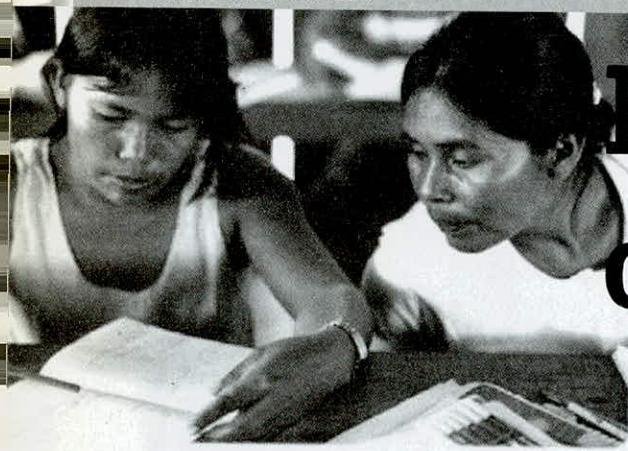
LIMA, Soraiha Miranda de. *O professor como profissional crítico-reflexivo: possibilidades e limites de um projeto de formação contínua na escola*. Goiânia, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.

MACHADO, Maria Margarida. *Política educacional para jovens e adultos: a experiência do Projeto AJA(93/96) na Secretaria Municipal de Goiânia*. Goiânia, 1997. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Escolar Brasileira)– Faculdade de Educação, UFG.

_____ & RODRIGUES, Maria Emilia de Castro. *Interdisciplinaridade e a construção da rede temática na Educação de Jovens e Adultos*. Goiânia, Goiás, 1998 (mimeo.).

_____. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *A formação social de mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.



Educação Indígena para o Estado do Tocantins

Sílvia Lúcia B. Braggio e
Wilton Divino da Silva Júnior (FL-UFG)

O presente artigo visa a informar e a esclarecer sobre as atividades de acompanhamento e apoio por mim realizadas no Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins, sob a coordenação da Professora Doutora Silvia Lúcia Bigonjal Braggio, durante a realização da 3.^a Etapa do Curso de Formação de Professores Indígenas do Tocantins, no período de 10 a 28 de julho de 2000, na cidade de Paraíso (TO), no Centro de Ensino Médio José Alves de Assis.

Contando com recursos da Secretaria de Educação e Cultura, repassados para a Coordenação de Educação Indígena do Estado do Tocantins, tornou-se viável a realização de mais essa nova etapa, que vem ocorrendo desde 1991. O projeto vem capacitando professores indígenas, principalmente quanto à prática pedagógica, e respeitando os elementos sócio-culturais de cada etnia. Também prepara exposições culturais do grupos étnicos Javaé, Xambioá, Karajá, Krahô, Apinajé e Xerente, para a sociedade envolvente (não-indio) e acompanha a elaboração e produção de material didático-pedagógico, pelos próprios indígenas preserva suas especificidades estruturais e estilísticas.

A preparação de professores indígenas orienta-se pelo modelo pluralista-intercultural, que prima pela afirmação da identidade e autonomia dos indígenas, por meio

de uma educação bilíngüe, diferenciada, específica e intercultural, valorizando os elementos lingüísticos, históricos, culturais e geográficos das variadas etnias indígenas e reconhecendo a necessidade de uma integração saudável e produtiva com a cultura da sociedade envolvente.

Opondo-se radicalmente ao mecanicismo behaviorista, o modelo pluralista-intercultural apresenta uma abordagem sociopsicolingüística dialógica, que considera a linguagem como realidade concreta – fruto da interação entre os homens e por eles modificada –, pois se insere num contexto que, histórica, social e culturalmente, sofre inúmeras transformações. Além da definição de linguagem para tal abordagem, adquirir linguagem é um processo ativo e dinâmico que parte da interação entre os falantes. Trabalhando sob essa perspectiva lingüística, faz-se necessário considerar homem e sociedade como reais e concretos; o homem é o agente que transforma a si mesmo e o meio que o circunda.

Tais conceitos e definições provêm da abordagem ou modelo adotado para orientar a prática pedagógica nas escolas indígenas, são importantes, pois eles delineiam determinadas atitudes em relação à educação indígena, tais como:

- Quanto ao material didático
- São os próprios professores

indígenas que produzem livros monolíngües ou bilíngües a respeito dos aspectos culturais de sua etnia, como elementos de adorno, pinturas corporais, animais próprios da região onde vivem, festas culturais tradicionais em suas comunidades, etc. A cartilha, ou mesmo a prática em sala de aula, que reflita um currículo compartimentado, isolado e descontextualizado, nesta abordagem, é elemento que pode perturbar a “ordem natural” da aprendizagem;

- Quanto ao professor – Este é visto como mediador e não detentor único do conhecimento, pois, como professor, é ciente do processo ativo de construção do aprendizado, porque aprova o aluno e sabe partir das noções anteriores que a criança possui, permitindo que ela as amplie;
- Quanto a falhas – O “erro” é visto como parte do processo cognitivo de elaboração do conhecimento e, portanto, não é mais abominado.

Na prática pedagógica em sala de aula, o professor indígena, orientado sob essa abordagem, tem no texto “o material por excelência” considerando-se que, a partir da interação do indivíduo com o texto, é que surge a significação. O leitor identifica-se com o texto, interpreta-o, motiva-se e passa, então, gradualmente, a adquirir as estruturas e convenções da língua.

Partindo de atividades verdadeiramente significativas para os professores indígenas, é que vem desenvolvendo-se, desde 1991, nos cursos de formação promovidos pelo projeto, a produção do material didático que os próprios professores indígenas, cientes da escassez de tais materiais para suas escolas, produzem, visando desenvolver em cada professor uma prática cujo reflexo seja observado em sala de aula junto a seus educandos.

Acompanhei uma turma de 20 professores indígenas formandos durante uma semana, sob orientação da Professora Doutora Silvia Lúcia Bigonjal Braggio, que ministrou um curso de 40

horas-aula sobre os aspectos relevantes em relação à organização de monografias (estrutura, tema, conteúdo, etc.), objetivando preparar adequadamente os professores indígenas na elaboração de sua própria monografia, para a conclusão do curso, a ser apresentada em etapa seguinte do projeto. Desta atividade, resultou-se valiosa coletânea de contos, lendas e fatos do cotidiano indígena. Relato em seguida, de modo mais detalhado, esta atividade.

Propôs-se, inicialmente, que os professores se dividissem em duplas ou trios, cujos integrantes pertencessem a etnias diferentes, para que cada um selecionasse uma lenda, história ou fato típico de sua cultura e o contasse ao companheiro de outra etnia. Procurou-se, nessa primeira fase da atividade, trabalhar com o aspecto da oralidade, de modo significativo, permitindo que os professores indígenas estabelecessem relações de semelhança, ou divergência, entre as várias histórias narradas, buscando não somente a atitude de ouvintes das histórias, mas de indivíduos críticos, que trabalham oralmente com os sentidos das narrativas, discutindo as relações entre os diferentes significados suscitados.

Posteriormente a essa fase, foi proposto aos professores recontar de forma escrita, utilizando o português (segunda língua) e a história narrada pelo companheiro de outra etnia para que só, então, as duplas ou trios de professores apresentassem suas histórias escritas à toda a sala.

A produção textual dos professores indígenas foi elaborada em sua segunda língua, o

português, e, portanto, os textos, apesar de retratarem conteúdos de uma riqueza cultural inestimável,

apresentam problemas quanto a determinadas convenções e estruturas da língua portuguesa, que diferem sensivelmente da língua materna dos professores indígenas. Por isso, fez-se necessário um trabalho de correção textual, realizado por falantes nativos do português junto aos educadores indígenas. Neste trabalho, buscou-se preservar a escrita caracteristicamente indígena do português, como a utilização de expressões, notadamente, de uma fala indígena traduzida, e

corrigem-se acentuação, pontuação, estrutura formal do texto, pluralização e algumas concordâncias (de gênero, por exemplo).

Contando com o apoio da professora Silvia Braggio, e o meu,

na correção textual, os professores produziram as histórias que listamos abaixo:

Autor recontista	Título da história	Etnia
Bonfim Sizdazê Xerente	O macaco, tracajá e a onça	Karajá
Cassiano Sotero Apinajé	A caçada de mel com o pai recém-nascido	Karajá
Maria Célia Dias de Souza Apinajé	O projeto das tartaruguinhas do povo Karajá	Karajá
Augusto Curarrá Karajá	Como surgiu o cachorro	Xerente
José Hani Karajá	O menino encantado	Apinajé
Ismael Kuhanama Karajá	O vaqueiro perdido	Xerente
Cláudio da Silva Xerente	Pescaria de tartaruga	Karajá
Eva Lima Karajá	História do Tamanduá	Xerente
Fernando Hadori Karajá	História do homem Xerente	Xerente
Dodanin Krahô	História sobre a vida Karajá dentro da sua comunidade	Karajá
Jurandir Mabulewe Karajá	O casamento do povo Apinajé	Apinajé
Woubedu Karajá	O sapo e o mateiro	Krahô
Wadoi Karajá	As crianças Apinajé que se transformaram em garças	Apinajé
Sinvaldo Karajá	O menino encantado	Apinajé
Rosalina Sibakadi M. Xerente	História de mitos Karajá	Karajá
Edite Smikidi Xerente	História do Wôu	Karajá
Manoel Sinorê M. Xerente	A história de menino e onça	Karajá
Ijyru Karajá	A lenda do caititu	Xerente
Luiz Kurikalá	A avó e o neto (a lenda do tamanduá)	Xerente
Roberto da Mata Apinajé	A vida na aldeia de Santa Isabel do Morro	Karajá

Num terceiro momento, apresentou-se aos professores, esquematicamente, para facilitar-lhes a compreensão, uma estrutura simplificada de uma

monografia, para servir-lhes de modelo, conforme se vê abaixo:

I – Apresentação

Com o que trabalhei?
Onde foi realizado o trabalho?
Quando foi realizado o trabalho?
Como foi realizado?
Por que foi realizado?

II – Descrição

Transcrição da história ou fato cultural e estudo de sua influência na comunidade indígena.

III – Conclusão

Os professores indígenas trabalharam na produção de um modelo de monografia, cujo tema foram os mitos e lendas dos povos indígenas do Estado do Tocantins. Selecionei alguns dos textos elaborados pelos professores indígenas para ilustrar cada uma das três etapas do modelo acima apresentado.

apresentação

“Neste curso de formação dos professores indígenas, trabalhei com os professores Karajás sobre a história do Wôu.

O meu trabalho foi realizado no Centro de Ensino Médio José Alves de Assis, na cidade de Paraíso – TO, no dia 25 de julho de 2000.

O grupo Karajá contava suas histórias. Eu as ouvia e, logo em seguida, registrava-as por escrito.

O meu objetivo de trabalhar com esse tipo de pesquisa foi aprofundar a minha aprendizagem sobre a monografia. Também conheci um pouco da cultura

Karajá.” (Edite Smikidi, professora Xerente, TO)

descrição e análise dos dados

• Festa Karajá (narrada por uma Xerente)

História de Wôu

“Wôu é alma dos tapirapés. Pela manhã, os velhos e os homens novos vão para o mato. Lá, eles tiram todo o material e, ali, fazem os seus vestuários da festa.

Ainda pela manhã, depois de tudo pronto, vestem-se e voltam à aldeia para se apresentar e conhecer os seus donos (mulheres).

Depois de se apresentarem, voltam ao mato, para retornar à tarde.

No momento em que os homens estiverem no mato, nenhuma mulher pode ir. Se uma das mulheres teimar e ir, esta será maltratada pelos homens.

À tarde, voltam e chegam de um por um, gritando, formando uma fila e dando as costas para as pessoas que estão assistindo.

Aí, começam a gritar ûû...

Quando terminam de gritar, correm e pegam a comida e saem correndo com a comida para o mato comer.

Também quem quiser acompanhar eles, para o mato, comer pode. Só quem não pode acompanhar são as mulheres.

Lá no mato, todos juntam a comida e só servem depois que eles falarem que já podem servir.” (Edite Smikidi, professora Xerente, TO)

• Lenda Xerente (narrada por uma Karajá)

História de Tamanduá

“Neste trabalho, apresentei a história do povo Xerente.

Antigamente, na aldeia Porteira, tinha uma velha que cuidava dos seus netos.

Eles ajudavam a avó nos serviços de casa.

Um dia, a avó chamou os netos para irem com ela pegar lenha no mato.

Eles foram, e chegando lá, a velha viu cupim, chegou perto, quebrou e começou a comer os bichinhos do cupim.

Os meninos ficaram assustados, vendo a avó comer cupim e perguntaram o que era aquilo.

Ela não respondia, porque não falava mais. Já estava se transformando em tamanduá e indo embora para a mata. Eles voltaram pra aldeia e contaram o que aconteceu com sua avó. Para o povo Xerente não existia tamanduá antes. Só depois que a velha virou tamanduá é que apareceu esse bicho.

Eles falam que é por isso que o tamanduá não tem dente, porque foi virado de velha.

Eu gostei da história, porque achei bonita e interessante.



Acho que essas histórias precisam ser registradas, para serem contadas de geração para geração. Assim, elas nunca serão esquecidas." (Eva Lima, professora Karajá, TO)

conclusão

Selecionei trechos das conclusões monográficas de cinco professores indígenas, buscando ilustrar alguns importantes aspectos observados pelos próprios educadores, sobre a relevância da tarefa de capacitação de professores indígenas para a educação escolar indígena.

- Valorização da pesquisa e documentação cultural

"Achei interessante aprender a pesquisar. Através da pesquisa, a gente descobre o segredo da vida dos povos indígenas.

Fazer uma monografia é registrar e guardar histórias e lendas de um povo." (Augusto Curarrá, professor Karajá, TO)

- Valorização da narrativa como elemento de fortalecimento e preservação cultural

"A história é muito importante para nós, através dela a gente conhece outros conhecimentos, acontecimentos dos nossos parentes." (Woubedu, professor Karajá, TO)

- Reconhecimento do papel do professor indígena quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos que envolvem a educação escolar indígena no Estado do Tocantins

"Esse objetivo é construir um currículo diferenciado para nossas escolas, com nossas próprias reflexões e informações.

Esperamos que este conteúdo que foi exigido possa voltar para nossas escolas e que também possa contribuir com outras escolas [...]." (Jurandir Mabulewe, professor Karajá, TO)

"É importante começar a pesquisar junto com nosso povo mais antigo, resgatar a história e de antigamente de hoje e fazer livros para a escola." (Rosalina Sibakadi M., professora Xerente, TO)

"Quando nós aprendemos algumas coisas no curso, retransmite para nossas crianças." (Wadoi, professor Karajá, TO)

Escreve o professor Karajá Jurandir Mabulewe: "Pela primeira vez, nós Karajá, tivemos esse espaço para contar sobre nossa aldeia."

Oportunizar para mais de 150 professores indígenas capacitação sólida e adequada, orientada sob as perspectivas lingüísticas e pedagógicas dos mais recentes e modernos estudos realizados, é, verdadeiramente, apoiar e valorizar a cultura indígena.

A sociedade envolvente (do não-índio) deve organizar-se, buscando contribuir para a autonomia sociocultural e econômica dos povos indígenas, através de um trabalho educacional sério e consciente, assim como tem realizado há nove anos o Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins.

Finalizamos este sucinto artigo sobre algumas das atividades que acompanhei, desenvolvidas na 3.^a



etapa do Projeto de Educação Indígena, com as palavras do professor Apinajé (TO) Cassiano Sotero:

"Hoje, eu amanheci com muita disposição para assistir ao curso. Nele, vimos a escrita em árabe, ou seja, o alfabeto árabe. Ele realmente me impressionou, porque é dos outros. Além disso, vimos também a escrita chinesa, que é muito diferente. Daí, eu senti que o mundo é grande e que existem muitas línguas neste mundo."

Essas palavras retratam a busca pelo próprio aperfeiçoamento pedagógico com o intuito de melhorar a vida das sociedades indígenas. Pudemos observar que este era um sentimento comum a todos os professores indígenas com quem convivemos durante uma semana. A eles nossos agradecimentos pelos exemplos e experiências inestimáveis. X

referências bibliográficas

BRAGGIO, Silvia Lúcia Bigonjal. Sociedades indígenas: a escrita alfabética e o grafismo. In: *Contribuições da Lingüística para o ensino de línguas*, p. 139-190. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

_____. *Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolingüística*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

POLECK, Lydia (Org.). *Adornos e pintura corporal Karajá*. Goiânia: MEC/FUNAI/UFG, 1998.

Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação e do Desporto/SEF - Brasília: MEC / SEF, 1998.



Olimpíada de Matemática em Goiás



Gisele de Araújo Prateado Gusmão (IME-UFG)
Ronaldo Alves Garcia (IME-UFG)

introdução

A *Olimpíada de Matemática* é uma atividade mundial, que teve início no século XIX, na Hungria, e tem como objetivo a resolução de problemas de matemática, destinados às fases iniciais do conhecimento. Ressaltamos que, naquele século, era freqüente as Academias de Ciências promoverem concursos de trabalhos científicos, como, por exemplo, o “Problema da Estabilidade do Sistema Solar”, que continua sendo fonte de investigação científica nos dias atuais. Esta prática é ainda hoje cultivada na Europa. No Brasil, são realizadas diversas Olimpíadas Regionais, a Olimpíada Brasileira e, a partir de 1995, a Olimpíada de Maio. Existem também as Olimpíadas Internacional, a Ibero-Americana e a do Cone - Sul. Em todas, o Brasil tem participado e conseguido bons resultados.

A Olimpíada, em Goiás, consiste numa prova de conteúdo e raciocínio de matemática e é destinada aos alunos do ensino fundamental e

médio. A Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM) é coordenada pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), sediada no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), no Rio de Janeiro, e é realizada desde 1979. A regional de Goiás é realizada pelo Instituto de Matemática e Estatística (IME), desde 1992.

Neste artigo descrevemos a evolução da Olimpíada de Matemática em Goiás, os objetivos do evento, seu financiamento e as metas a serem alcançadas. Na bibliografia listamos as principais publicações relacionadas a Olimpíada de Goiás.

objetivos da olimpíada

A Olimpíada tem por objetivo mostrar a importância da matemática no desenvolvimento das ciências, através da resolução de problemas que procuram dar a quem os resolve uma atitude de investigação científica. Desta forma, mostramos aos jovens a necessidade do raciocínio abstrato e do estudo, para o domínio das ciências exatas, biológicas e humanas.

A Olimpíada, em Goiás, tem também o objetivo de ampliar o intercâmbio acadêmico da UFG com as escolas do ensino fundamental e médio, por meio de seus professores, principalmente, durante a preparação de seus alunos, para o desenvolvimento de ações em conjunto, visando a melhoria do ensino da matemática no Estado.

histórico

A I Olimpíada regional, em 1992, foi realizada em Goiânia, para alunos do ensino médio de todo o Estado. O número de alunos inscritos por escola não foi limitado (ver quadro 1). Nos anos posteriores decidimos limitar o número de inscritos (10 alunos do ensino médio por escolas), que desta forma orientou as escolas a inscreverem apenas os alunos realmente interessados. Isto contribuiu para aumentar o envolvimento das escolas na Olimpíada. Atualmente muitas escolas fazem uma seleção dos alunos e algumas já fazem uma preparação para a Olimpíada antes desta seleção.

Na IV Olimpíada Regional, começamos a realizar provas também para alunos de 7ª e 8ª séries do ensino fundamental e, por sugestão dos professores, começamos também a enviar para as escolas listas de problemas para auxiliar na preparação dos alunos. Também por sugestões dos professores, começamos a publicar, a partir da V Olimpíada, um caderno com a resolução comentada das provas, que é enviado aos professores cadastrados. Para as escolas cadastradas, além da resolução comentada, enviamos o caderno “Coletâneas de Problemas”, que é utilizado para a preparação de seus alunos e como fonte de consulta para os professores interessados em enriquecer suas aulas com problemas suplementares ao livro texto.

Estas publicações deram origem à *Revista da Olimpíada*, que, no primeiro número, contém a resolução comentada da VIII Olimpíada de Matemática do Estado de Goiás, uma coletânea de problemas e artigos de matemática elementar e algumas notícias sobre as Olimpíadas e atividades do IME.

Na VII Olimpíada, realizada em 26 de setembro de 1998, começamos a realizar provas para alunos de 5ª e 6ª séries do ensino fundamental. Assim, a partir desta Olimpíada, temos provas do:

Quadro 2 – Escolas participantes nas Olimpíadas

Escolas participantes (n.º)	Olimpíada		
	VII	VIII	IX
Pública municipal	10	9	11
Pública estadual	57	57	33
Pública federal	2	3	2
Conveniada	8	5	10
Particular	69	72	66
Escolas de Goiânia	84	75	89
Escolas do Interior	62	71	33
Total	146	146	112

atividades no dia da prova

A partir da III Olimpíada começamos a realizar atividades com os professores. Em 2000 esta participação foi de, aproximadamente, 130 professores.

As atividades foram:

- **III Olimpíada (1994):** Mesa redonda – “O Ensino de Matemática em Goiás”, com a participação de vários professores do IME e das redes estadual, municipal e particular de ensino.

- **IV Olimpíada (1995):** Palestras – “A Evolução dos Conceitos de Área e Volume”, com o professor Ronaldo Alves Garcia (UFG), e “A Licenciatura de Matemática na UFG e sua Vinculação com as Escolas do Ensino Fundamental e Médio”, com o professor Mauro Urbano Rogério (UFG).

- **V Olimpíada (1996):** Palestras – “Poliedros”, com o professor Ângelo Barone (USP).

- **VI Olimpíada (1997):** Palestra – “Problemas Olímpicos”, com o professor Carlos Gustavo de A. Moreira (IMPA/RJ).

- **VII Olimpíada (1998):** Palestras – “Problemas de Combinatória”, com o professor Nicolau Saldanha (PUC/RJ), e “O ensino da Matemática”, com o professor Mauro Urbano Rogério (UFG).

- **VIII Olimpíada (1999):** Palestra – “Combinatória não é apenas Contagem”, com o professor Paulo César

Pinto Carvalho (IMPA – RJ).

- **IX Olimpíada (2000):** Palestra – “Resolução de Problemas”, com o professor Carlos Gustavo de A. Moreira (IMPA/RJ).

classificados

São classificados os alunos que obtiverem os melhores aproveitamentos em cada nível. Estes alunos recebem como prêmios livros doados pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), placas de Honra ao Mérito, e os três primeiros classificados recebem premiações em dinheiro. A partir da VII Olimpíada, os alunos passaram a receber medalhas no lugar de placas de “Honra ao Mérito”. Na VIII Olimpíada, enviamos, para todos os alunos participantes, um certificado de participação. Na IX Olimpíada, os certificados de participação foram entregues no dia da prova. A relação completa dos premiados pode ser obtida na secretaria do IME/UFG (Pasta de arquivos da Olimpíada).

divulgação e publicações

Fazemos a divulgação da Olimpíada nos meses de março e agosto, quando enviamos para, aproximadamente, 580 escolas do Estado cartazes e uma carta para o diretor com todas as informações sobre a Olimpíada. Fazemos uma divulgação, também, para, aproximadamente, 410 professores cadastrados no IME.

As publicações foram:

- Em 1996 – Resolução Comentada da V Olimpíada de Matemática do Estado de Goiás;

Lista Preparatória, que foram enviadas às escolas em 1997.

- Em 1997 – Resolução Comentada da VI Olimpíada de Matemática do Estado de Goiás;

Coletânea de Problemas, que foram enviadas às escolas em 1998.

- Em 1998 – Resolução Comentada da VII Olimpíada de Matemática do Estado de Goiás;

Coletânea de Problemas. Estas serão enviadas às escolas em 1999.

- Em 1999 – *Revista da Olimpíada* n. 1, enviada às escolas em 2000.

Em 2001, enviaremos para as escolas e professores cadastrados a *Revista da Olimpíada* n. 02.

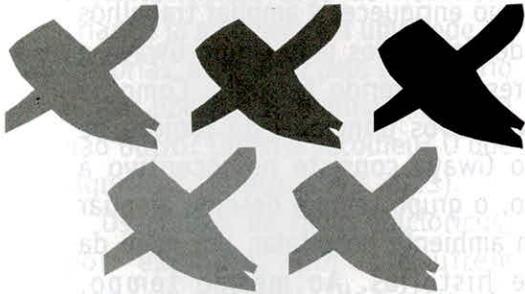
seminários

A partir de 1996 começamos a realizar os Seminários da Olimpíada, com a intenção de aumentar o contato entre os professores do IME e os do ensino fundamental e médio, das redes públicas e particular interessados em discutir assuntos ligados à Olimpíada.

logomarca

Em 1996, realizamos um concurso para a criação da logomarca da Olimpíada de Matemática do Estado de Goiás. O concurso foi aberto a todos os alunos do ensino fundamental e médio (categoria I), e alunos do ensino superior (categoria II). O aluno Marcelo Batista Lima, do Colégio São Francisco de Assis, de Anápolis, ganhou na categoria I e o aluno Anderson Viana Macêdo, do curso de Artes Visuais, do Instituto de Artes da UFG, foi o ganhador da categoria II. A comissão organizadora do concurso, composta pelas professoras Cecília Fittipaldi Vessani (Instituto de Artes – UFG), Rosane Costa Badan Vessani (Instituto de Artes – UFG) e Gisele de Araújo Prateado Gusmão (Instituto de Matemática e Estatística – UFG), escolheu o símbolo abaixo, ganhador da Categoria II, como a logomarca da Olimpíada, que é usado até

hoje. Segundo o vencedor, "...a letra mais usada em matemática e que melhor a representa é o x , então o símbolo são 5 letras x dispostas como os círculos olímpicos e da mesma cor destes".



jornadas de matemática e semana olímpica

O Instituto de Matemática e Estatística (IME) realiza, desde 1994, a "Jornada de Educação Matemática", com apresentação de uma comunicação, painel e duas oficinas sobre a Olimpíada.

A atividade proposta na oficina é a resolução de problemas olímpicos, tanto da Olimpíada regional quanto da brasileira. Nas oficinas de 1999 discutimos também os conteúdos "Congruência" e "Indução" em dois dias de atividades. Nas oficinas oferecidas em 2000, estaremos discutindo problemas olímpicos e a melhor maneira de incentivar os alunos a pensarem sobre eles.

Realizamos, de 13 a 17 de março de 2000, a "I Semana Olímpica". Este evento teve por objetivo oferecer aos alunos, classificados na última Olimpíada, palestras e minicursos.

imprensa

Temos tido a cobertura da Olimpíada por parte da imprensa, de forma não sistematizada. Já foram realizadas divulgações na Rádio CBN, no jornal *O Popular* e no jornal *O Diário da Manhã*. É desejável uma cobertura jornalística mais intensa ao evento, principalmente pela dimensão que o mesmo alcançou.

internet

No site <http://www.mat.ufg.br/eventos/olimpiadas> colocamos à disposição todo o material didático produzido e, também, informações atualizadas sobre a Olimpíada.

nossos alunos na olimpíada brasileira de matemática

Os alunos classificados na VII Olimpíada e os que tiveram um bom desempenho participaram, no dia 24 de outubro de 1998, da 3ª fase da XX Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM). A partir da XXI OBM, esta sistemática mudou, sendo feita como nos outros Estados, isto é, os alunos classificados para a 3ª fase da OBM são os que foram classificados nas 1ª e 2ª fases da OBM, realizadas nas escolas. As escolas têm participado e seus alunos têm conseguido se classificar na OBM.

Nos dias 21 e 22 de outubro, foram realizadas no IME as provas da 3ª fase da XXII OBM, para 83 alunos.

sobre as provas

Em relação às provas, podemos relatar que o aproveitamento tem sido dentro do esperado, com um sensível aumento de aproveitamento dos alunos que estão sendo preparados.

Muitas vezes, ficamos surpreendidos com a clareza com que são resolvidas algumas questões da prova. Quase sempre, a rotulação dos problemas entre fáceis e difíceis não adequada. Os alunos das séries iniciais usam mais o raciocínio, na tentativa de solucionar os problemas, e demonstram mais naturalidade em abordar um problema cujo conteúdo não tenha visto.

A Olimpíada de Goiás não tem a pretensão de procurar "gênios". Nosso objetivo é incentivar todos os alunos a participarem, inicialmente na escola, na etapa de preparação, e, posteriormente, na Regional. As provas são acessíveis, em

princípio, a todos os alunos, mas também são seletivas, sendo duas questões "fáceis", duas "médias" e duas "difíceis".

As provas não são separadas por séries e seus conteúdos não seguem de forma estrita os vistos na escola. Isto se justifica porque não é objetivo da Olimpíada avaliar o ensino e, sim, a criatividade e raciocínio do aluno em problemas não comuns nos livros texto.

financiamento

Em todas as Olimpíadas realizadas, contamos com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática. A partir de 1998, contamos, também, com apoio financeiro do projeto da Olimpíada Brasileira de Matemática, que é financiado pelo CNPq.

As Pró-Reitorias de Extensão e Cultura (PROEC), de Administração e Finanças (PROAD), de Graduação (PROGRAD) e de Assuntos da Comunidade Universitária apóiam a realização da Olimpíada.

conclusão

A evolução da Olimpíada é fruto de um trabalho contínuo e consistente que tem tido a participação crescente de alunos e professores do ensino fundamental e médio. Através da Olimpíada, temos divulgado a matemática e também a ciência básica em todo o Estado. O reflexo desta ação, contudo, não é imediato. Os resultados alcançados até o momento são animadores.

É meta do IME continuar promovendo a Olimpíada e buscar recursos financeiros necessários a sua realização, mantendo como objetivos principais: a melhoria de ensino, a integração com a comunidade e a valorização do saber crítico e científico dos alunos do ensino fundamental e médio. Destacamos, também, que a Olimpíada de Goiás é mais um meio de a universidade estar atuante junto à sociedade, promovendo o estudo e despertando jovens talentos. Esperamos conseguir, a curto prazo, um espaço na imprensa local para uma divulgação regular da Olimpíada. X

referências bibliográficas

Pasta da Olimpíada de Matemática, Arquivos. Secretaria do IME, UFG.

Revista da Olimpíada, Editores: Gusmão, Gisele de Araújo Prateado et alli, IME, UFG, volume 01, 2000.

Gusmão, Gisele de Araújo Prateado et alli. Resolução Comentada da V, VI, VII Olimpíada de Matemática e Coletânea de Problemas. Goiânia, Goiás, 1996, 1997, 1998.

Eureka! n. 1, ...,08 – OBM – SBM.

equipe do Grupo Gwaya – Contadores de Histórias



Gwaya

uma experiência mobilizadora¹

Newton Freire Murce Filho (CEPAE-UFG)

Este texto pretende apresentar alguns resultados do projeto de extensão “Gwaya Contando com Vitória”, que teve início em 1999, quando membros do projeto de extensão “Grupo Gwaya - contadores de histórias/UFG²”, em atuação há

sete anos, se integraram a profissionais do Hospital Araújo Jorge, que atuam na Associação de Combate ao Câncer de Goiás (ACCG), através do *Projeto Vitória*. O objetivo é suavizar a passagem da criança pelo hospital que, normalmente,

pode ser tensa e triste. Essa proposta nasceu da necessidade de intensificar as relações entre a universidade e a sociedade, em benefício de ambas, para o auxílio no atendimento de crianças em tratamento oncológico.

Tal parceria veio enriquecer e ampliar trabalhos anteriormente desenvolvidos pelo Grupo Gwaya e por trabalhadores do referido hospital. Como se sabe, um dos objetivos principais do projeto de extensão Grupo Gwaya consiste no incentivo à leitura. Contudo, o grupo sempre desejou ampliar sua atuação em ambiente hospitalar, por meio da “contação” de histórias. Ao mesmo tempo, psicólogos e voluntários da Ala de Pediatria do Hospital Araújo Jorge também vinham trabalhando a leitura e a produção de histórias com as crianças hospitalizadas (cf. Projeto Vitória, que constitui parte do Projeto Teatrinho da Escada, em Regino (1999). Nossa experiência desenvolvida no ano de 99 e agora, em 2000, tem mostrado que os resultados são muito positivos, não somente para as crianças, mas para nós, profissionais da Educação e da saúde, e mesmo para os pais, que se mantêm junto às crianças, acompanhando o tratamento hospitalar.

Constituem objetivos do projeto os seguintes itens:

- Contribuir para a articulação ensino-pesquisa-extensão, por meio da observação, da análise e da avaliação do trabalho de “contação” e de leitura de histórias, com crianças portadoras de câncer, em ambiente hospitalar;
- Contribuir para a melhoria da relação universidade-sociedade, por meio de parceria entre profissionais da Faculdade de Educação (UFG), da saúde e de voluntários do Hospital Araújo Jorge, em benefício de crianças portadoras de câncer;
- Suavizar a passagem da criança portadora de câncer pelo ambiente hospitalar, por meio do prazer lúdico da leitura e da “contação” de histórias;
- Investigar novas possibilidades e recursos para a “contação” de histórias;
- Ampliar o trabalho desenvolvido por contadores de histórias e incentivar novas propostas nesse sentido.

¹Projeto de extensão em andamento, coordenado por Newton Freire Murce Filho.

²Projeto desenvolvido pelo CEPAE e pela Faculdade de Letras.

Nosso trabalho fundamenta-se, principalmente, na noção de que as histórias exercem função muito importante na constituição do sujeito. Afinal, logo ao nascer, a criança já se insere em uma rede de histórias, a começar pelo seu próprio nome: por que determinado nome e não outro? Quem o escolheu? O que significa? (Prieto, 1999, p.13).

Os contos de fadas folclóricos, por exemplo, por possuírem estrutura análoga à vida a ser vivida concretamente pelos homens

(Coelho, 1981, p.80), e por tratarem de problemas humanos

³O sufismo é a tradição esotérica do islamismo.

universais, tais como a morte, a velhice ou o desejo de vida eterna, são fundamentais para a maturidade psicológica da criança, pois ajudam a dar algum sentido ao seu “turbilhão de sentimentos” e a encontrar significado na vida. Elas aprendem, assim, passo a passo, a se entender melhor e a se relacionar bem com os outros, de maneira significativa e satisfatória para ambos (Bettelheim, 1974).

Levando isso em consideração, podemos dizer que o contato com esse tipo de literatura implica a constituição do sujeito em bases fundamentais. Desse modo, “ao ler/ouvir, repetidas vezes, um conto de fada, a criança aparentemente passa por contínuos processos de identificação e (des)identificação, que acabam constituindo sua subjetividade, de uma e/ou de outra maneira” (Murce Filho, 1999, p.175).

Além disso, os contos de fadas permitem efeitos de sentido que aliviam pressões pré-conscientes e inconscientes. Segundo Bettelheim

(1992, p.14), a “grande mensagem” dos contos de fadas, transmitida à criança de forma múltipla, é que “uma luta contra dificuldades graves na vida é inevitável, é parte intrínseca da existência humana”, mas se a pessoa não se intimida e enfrenta de modo firme as opressões, muitas vezes inesperadas e injustas, é capaz de dominar os obstáculos e triunfar no final. Afinal, não é isso que acontece com os heróis das histórias com os quais as crianças se identificam?

No que diz respeito ao alívio que as histórias podem trazer, Prieto (1999, p.13) nos lembra que, de acordo com a antiga tradição oriental sufi³, as histórias alojam a sabedoria, pois “quando uma pessoa enlouquecia, chamava-se um contador de histórias para curá-la”. Café (2000, p.50) também conclui que “a palavra na história parece ter um poder mágico, como o dom da cura em uma reza de *mal-olhado*, por exemplo”.

Acreditamos na importância das relações que se estabelecem entre sujeito (no caso, a criança) e as histórias com as quais tem contato e nos significantes que se instauram a partir das histórias que capturam o sujeito, significando-o e ressignificando-o. Entende-se, daí, que as histórias mobilizam a criança, possibilitando, ainda que momentânea ou inconscientemente, ela trabalhe e problematize os sentidos, deixando, assim, de se constituir sob o efeito idelógico das evidências, do já-dado, do pronto ou do estabilizado.

Nessa linha de pensamento, sugerimos que seja oferecido à criança acesso ao maior número possível de histórias e de suas múltiplas interpretações, de maneira

que ela possa se identificar e ser “pega”, ou “capturada”, por este(s) ou outro(s) efeito(s) de sentido e, conseqüentemente, constituir sua subjetividade com menos limitação. Afinal, impor determinada interpretação como a única ou mais correta restringe não só a questão da produção de efeitos de sentido, mas a própria constituição do sujeito. Isso ocorre na medida em que a subjetividade da criança é aprisionada numa região limitada de sentido, matando o movimento que o (nos) constitui.

Antes de terminar esta parte do texto, é importante pontuar, ainda, conforme Bettelheim (1992, p.27), que a tentativa de explicitar determinados sentidos das histórias à criança, ou dizer por que ela se encanta com uma e não com outra história, significa destruir parte desse encantamento, que tem causa justamente no fato de a criança desconhecer por que se sente maravilhada. Isso implica, também, na perda do potencial da história em ajudá-la a lidar, por si mesma, com o problema que fez, ou faz, a história significativa para ela.



resultados

O trabalho que temos desenvolvido no Hospital Araújo Jorge tem nos propiciado bastante aprendizado e prazer. Nesse sentido, destacamos a importância de aprender administrar, da melhor maneira possível, as diferentes relações pessoais, seja entre contadores e profissionais do hospital; entre contadores e as crianças ou entre contadores e os pais de crianças, que sempre as acompanham. O prazer está mais ligado à magia e ao encantamento que as histórias sempre proporcionam, além, é claro, do olhar e do escutar que compartilhamos com as crianças e seus pais.

Temos visto também, como positivo, o aprimoramento de nossas maneiras de contar histórias, por meio de diferentes técnicas, tais como o uso de objetos ou de transparências.

É bastante significativo constatar a importância das histórias, principalmente naquilo que refere à mobilização que elas provocam nas crianças, particularmente os contos populares e de fadas. É essa constatação que nos incentiva a continuar estudando e a produzir conhecimento nesse campo de investigação, daí o benefício para a universidade, por meio da pesquisa.⁴

É desse modo que temos observado, por exemplo, que, desde o início do projeto, houve sempre uma expectativa em relação ao dia em que vamos contar histórias. Algumas crianças chegam a passar a semana lembrando, contando e repetindo determinada história que lhes fora mais significativa. Convém lembrar que a repetição tem papel significativo para a criança, pois, através de repetidas leituras ou audições e podendo "ruminar" acerca da história, a criança pode perceber (mesmo inconscientemente) que encontrou êxito em uma situação difícil (Bettelheim, 1974, p.27). Apenas a título de exemplo, vejamos a fala de uma mãe: "Gosto de histórias pequenas, porque minha filha aprende mais rápido e depois repete a história" (Antônia⁵).

Notamos que muitos problemas internos vividos pelas crianças são refletidos e resolvidos nas histórias, o que provoca uma mobilização e uma ressignificação interior em seus próprios conflitos, tornando-os

menos dolorosos. Conforme a psicóloga responsável pela pediatria do hospital (Gramacho, 1996, p.122), as histórias têm a capacidade de acalmar a criança, a partir do momento que a retira de uma situação momentaneamente desagradável (soro, dor, depressão, solidão), transportando-a para um mundo de fantasias. As situações difíceis são enfrentadas de uma forma satisfatória, atendendo as necessidades inconscientes. São ilustrativos os depoimentos de duas mães entrevistadas, sobre a capacidade que as histórias têm de acalmar as crianças:

B⁶ - /.../ Qual a reação do Fernando quando ele está nervoso e você começa a contar histórias pra ele?

Joana - No início, ele fica assim, achando que é uma brincadeira pra ele parar de chorar e não ficar emburrado, depois ele começa a gostar e vai entrando na história.

Outra mãe:

Antônia - /.../ "Ouvindo histórias o ser humano se permite sonhar, nem que seja por alguns minutos. A vida da gente é estressante. No momento da história a gente não lembra que tem problemas."

No que se refere aos pais, como podemos ver, é interessante observar o prazer que sentem ao ouvirem as histórias e, principalmente, a maneira como vão se apropriando – ainda que inconscientemente – das técnicas para contar histórias, tais como mudanças de vozes para personagens diferentes ou escolhas de entonações apropriadas. As entrevistas e os relatos da psicóloga responsável pela pediatria do

hospital e do artista plástico voluntário Davi Lemos demonstram como os pais se sentem incentivados a contar mais histórias aos filhos: "Eu não tive família. Fui criado praticamente nas ruas. Hoje eu dou a eles [os filhos] o que não tive e contar histórias é uma das coisas que faço porque acho que nessa atitude existe amor" (Pedro, um pai).

Este trabalho, que completa quase dois anos, só está começando. Esperamos poder ampliá-lo, bem como conseguir outros colaboradores, de maneira que possamos, cada vez mais, oferecer aquilo que nem todos possuem e que muitos se esquecem de celebrar, ou seja, saúde e sonho⁷

referências bibliográficas

- BETTELHEIM, B. *A psicanálise dos contos de fadas*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CAFÉ, A. B. *Dos contadores de histórias e das histórias dos contadores*. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas.
- COELHO, N. N. *A literatura infantil*. 3. ed. São Paulo, 1984.
- GRAMACHO, P. M. O processo de criação de histórias com crianças hospitalizadas. *Revista Brasileira de Cancerologia*, v. 42, n. 2, Instituto Nacional do Câncer, p. 121-124, 1996.
- MURCE FILHO, N. F. Leitura de contos de fadas transformados: identificação e resistência. *Sínteses*, vol. 4. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 173-186, 1999.
- PRIETO, H. *Quer ouvir uma história? : lendas e mitos no mundo da criança*. São Paulo: Angra, 1999.
- REGINO, S. M. Câncer infantil : o importante papel da comunidade nesta luta pela vida. *Informativo JD – Órgão de divulgação do Laboratório Jarbas Doles*. Goiânia, p.1-2, 1999.

⁴Encontra-se em andamento a pesquisa *Contar histórias... por quê?* - relações entre linguagem, leitura, o exercício de contar/ouvir/ler histórias e a constituição da subjetividade, coordenada por Newton F. Murce Filho (CEPAE).

⁵Os nomes dos pais e das crianças são fictícios para preservar suas identidades.

⁶B = bolsista. Trata-se da bolsista deste projeto de extensão, Marileide Alves Rocha, que tem contribuído sobremaneira para o nosso trabalho, de maneira competente e a quem agradecemos. É ela a responsável pelas entrevistas com os pais e as crianças no hospital.

⁷Sem ponto final

Espaço Cultural incentiva produção artística

Vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), o Espaço Cultural desenvolve atividades ligadas a teatro, dança, vídeo, artes plásticas e capoeira. Tudo isso com a preocupação de resgatar e preservar as raízes culturais dos temas ligados aos projetos. O Espaço Cultural sedia várias outras atividades, sempre na perspectiva de alcançar um de seus maiores objetivos: a interação com a sociedade.

Despertar o interesse das comunidades universitária e geral para a produção artístico-cultural é também um imperativo desse projeto. Para isso, são desenvolvidos programas como o "Começar de Novo", que oferece cursos gratuitos de pintura, canto e dança para pessoas de meia-idade, idosos e aposentados em geral. Algo que facilita o acesso da população à atividade cultural são as baixas taxas cobradas pelo Espaço Cultural, principalmente aos cursos de teatro, dança e capoeira.

O Espaço Cultural foi criado em 1990, com o objetivo de promover eventos, oficinas e cursos à comunidade goianiense. Por oito anos, foi parte integrante do Núcleo de Coordenação das Iniciativas Artísticas e Culturais (NUCAIC). Após uma total reformulação, em 1998, esse local se tornou um órgão específico da UFG, funcionando, hoje, na Praça Universitária, ao lado do prédio da União Estadual dos Estudantes (UEE), sob a direção de Izabete da Silva Ataíde.



grupo da terceira idade se apresenta no Espaço Cultural

parcerias

Uma característica importante do Espaço Cultural são as parcerias com grupos e artistas goianos. A Quasar Companhia de Dança, por exemplo, mantém ligação estreita com a UFG. Este é um trabalho conjunto que começou em 1994, quando a Quasar passou a realizar seus ensaios e a ministrar aulas de dança no Espaço Cultural.

Outra parceria importante é com o grupo de contadores de história Gwaya, conhecido em todo o Estado por suas apresentações descontraídas, nas quais os velhos "causos" são contados de forma singular, envolvendo teatro e mímica. O projeto que esse grupo desenvolve na UFG é o de "Formação de Contadores de História".

começar de novo

Com a certeza de que nunca é tarde para realizar um sonho, o Espaço Cultural está tornando mais interessante a vida de muitas pessoas que não tiveram tempo nem oportunidade de se dedicar à arte enquanto jovens. Totalmente

gratuito, o "Começar de Novo" disponibiliza a aposentados ou pessoas com mais de 40 anos (comunidade universitária e geral) cursos de pintura, dança e musicalização. Criado em agosto de 1997, o projeto apresenta importantes resultados. O grupo de dança "A Melhor Idade", formado somente por aposentados, realiza várias apresentações por Goiás. A turma de musicalização também já tem seu próprio coral.

Na parte de artes plásticas, muitas alunas evoluíram sensivelmente e já estão até mesmo aceitando encomendas de quadros. Para a aposentada Ilza Peixoto Claudino da Silva, de 64 anos, o Projeto Começar de Novo representa uma realização pessoal. "Sempre quis fazer pintura, mas nunca pude", disse. A pensionista Denir Ferreira Nunes da Silva, de 56 anos, afirma ter encontrado na pintura sua verdadeira vocação. "Pretendo ainda ser uma artista de renome", comenta ela, que já teve seu trabalho encomendado por uma brasiliense. Se depender do interesse dos alunos, o sonho da notoriedade não é algo impossível. Segundo a bolsista do projeto Adélia da Silva Moreira, estudante da Faculdade de Artes Visuais, em termos de técnica e aprendizagem, a idade dos alunos não tem representado nenhum obstáculo.

capoeira angola

Após décadas de massificação, a capoeira tem sido vista mais como atividade desportiva e menos

como expressão cultural. Os principais motivos dessa perda de identidade são sua crescente popularização e rápida adaptação à cultura “branca”. Com o objetivo de resgatar as raízes desta expressão, o Espaço Cultural desenvolve o projeto Calunga, que ensina a técnica e a filosofia da primeira forma de capoeira praticada no Brasil: a angola.

Surgida no final do século XIX, a capoeira angola tem como alicerce a lealdade e o respeito ao ser humano, segundo o professor Carlos Alberto Martins, conhecido como Guaraná. Além dos golpes, ela valoriza principalmente aspectos culturais, como a dança, o canto e a teatralização. De acordo com a filosofia angola, o uso da capoeira para agredir o próximo é totalmente condenável. As primeiras manifestações da capoeira, segundo Guaraná, tinham um forte conteúdo evolucionário. A prática da capoeira era o momento em que o escravo se libertava da opressão dos senhores-de-engenho e se dedicava, de corpo e alma, àquela prática que o revivava.

Criado em 1998, para atender a necessidades curriculares dos cursos de Educação Física, História e Ciências Sociais, o Projeto Calunga é aberto a toda a sociedade. As aulas são ministradas pelo professor Guaraná, capoeirista há 15 anos, e a prática é livre. Não há qualquer sistema de gradação, como as faixas. “Adotamos este método para que o aluno se dedique por completo à expressão e não veja a capoeira apenas como competição ou malhação”, explica Guaraná.

A capoeira é uma expressão cultural que pode ser definida como esporte, dança, arte marcial, luta ou

jogo. Ela tem seus próprios fundamentos, baseados em conceitos como lealdade e respeito ao ser humano. Suas primeiras manifestações no Brasil se deram durante o século XIX, no período da escravidão. Os escravos a praticavam como forma de lazer e também como resistência ao regime no qual viviam, por meio de discussões e críticas aos senhores de engenho.

Hoje, a capoeira está bem difundida e é praticada em academias e escolas. Existem, atualmente, dois grupos de capoeira em Goiás: os angolas e os regionais. Os primeiros enfatizam os aspectos da expressão, priorizando a união entre golpes, canto, instrumentos e dança. Há, em Goiânia, seis grupos angolas que trabalham, como no Projeto Calunga, para ampliar o número de participantes. Já a capoeira regional, criada pelo mestre Bimba, na Bahia, enfatiza os aspectos de luta e tem até um sistema de gradação, baseado em faixas de diversas cores, como no caratê. Um exemplo é o grupo Candeias, que tem inúmeros grupos espalhados por toda a grande Goiânia.

Quasar Companhia de Dança

O surgimento da Quasar Companhia de Dança, em 1988, foi um dos acontecimentos artísticos mais importantes de Goiás. Propostas inovadoras, e em sintonia com as tendências mundiais, trouxeram à Quasar uma notoriedade sem precedentes no cenário nacional. Notoriedade que despontou em 1996, quando a companhia venceu uma competição em Hamburgo, Alemanha, no “Internationales Summer Theater Festival”. Essa vitória marcou uma

turnê internacional que estaria apenas começando. Logo em seguida, a companhia participou do 3º Susanne Dellal Dance Festival de Tel-Aviv, em Israel, onde o seu espetáculo “Versus” foi eleito o melhor do festival.

Tanto sucesso fez com que a Quasar tivesse uma participação expressiva no Carlton Dance Festival, em 1996. Em 1997, a companhia monopolizou as atenções, no “Prêmio Mambembe” – evento promovido pelo Ministério da Cultura no Brasil – com o espetáculo “Registro”. A apresentação da Quasar foi considerada a melhor nas categorias grupo, espetáculo, coreógrafo e bailarinos-revelação.

Apesar das conquistas atuais, a Quasar passou por várias dificuldades até alcançar o destaque de hoje. Quando a companhia deu seus primeiros passos, em 1998, Goiânia não oferecia muitas oportunidades a um grupo que surgia com as propostas da Quasar. Tudo começou timidamente, nas salas de aula de Julson Henrique, professor de dança que, nos anos 80, tentou chamar a atenção da cidade para *performances* mais modernas. Foi nessa época que foi criado o Grupo Energia, precursor da Quasar. Uma das integrantes, Vera Bicalho, conheceu Henrique Rodovalho, atual coreógrafo da Companhia, e este foi o ponto de partida para a formação da Quasar.

Juntos, Vera Bicalho e Henrique Rodovalho, decidiram formar um novo grupo, que não se fixasse em nenhum modelo consagrado, mas que fosse totalmente livre de regras acadêmicas. Nascia então a Quasar, nome que representa pontos do universo em que a alta concentração de energia é capaz de gerar estrelas e galáxias. X

Serviço

Espaço Cultural da UFG
 Av. Universitária – Qd. 71 nº 1533 – Setor Leste
 Universitário
 74605-018 – Goiânia - GO
 Telefax: (0xx) 202-1840
 E-mail: izabete@proec.ufg.br
 Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Prof. Dra Ana Luiza
 Lima Sousa
 Coordenador de Extensão Cultural: Prof. Dr. Magno
 L. Medeiros da Silva
 Diretora do Espaço Cultural: Izabete da Silva Ataíde



1ª Jornada de EAD (da esquerda para a direita: Magno Medeiros, Ana Luiza Sousa, Milca Pereira, Marlene Faleiros, Juliano Oliveira e Luís Dourado)

UFG na era virtual

busca como eixo de discussão o desenvolvimento de estratégias e princípios que possibilitem a democratização das escolas. Nessa primeira experiência, foram oferecidas 50 vagas para os quatro pólos contemplados pelo curso: Goiânia, Campo Grande (MS), Cáceres (MS) e Dourados (MS). A duração é de 180 horas, distribuídas igualmente em quatro módulos.

O conteúdo desses módulos segue a seguinte seqüência: "Administração e Organização"; "Política, Gestão e Autonomia da Unidade Escolar"; "Novas Tecnologias, Educação e Democratização Escolar" e, por fim, "Projeto Político-Pedagógico e Democratização das Relações Escolares". O aluno conta com o acompanhamento do professor da Faculdade de Educação da UFG (FE) e duas tutoras: Catarina de Almeida Santos e Karine Nunes de Moraes, alunas da FE. A tutoria é uma orientação diária aos alunos. Os alunos passam suas dúvidas por *e-mail* e num curto intervalo de tempo têm a resposta das tutoras.

Ao finalizar os estudos, o aluno deve comparecer a um encontro presencial no pólo ao qual está matriculado. Nesse encontro, que está previsto para dezembro, professores, tutores e alunos finalmente se conhecem pessoalmente. É nele que será feita a avaliação final e a apresentação de oficinas por parte dos alunos. Somente depois de encerrada essa etapa é que o aluno recebe seu certificado

Apesar de ter como público-alvo professores e gestores de escolas da região Centro-Oeste, o curso de Gestão Escolar atrai pessoas das mais diversas localidades, como João Pessoa (PB), São Paulo (SP) e Belém (PA). A aluna Magda Catarina Alves de Vasconcellos, 32, que mora em Taguatinga (DF), por exemplo, apesar de ser psicóloga, disse que se interessou pelo curso de Gestão Escolar porque já foi professora do ensino fundamental e tem como projeto pessoal voltar a atuar nessa área, futuramente.

Ao lançar seu primeiro curso virtual, em junho passado, a Universidade Federal de Goiás (UFG) mostrou que está em sintonia com a evolução tecnológica. Em Goiás, a UFG foi a primeira instituição de ensino superior a lançar um curso de pós-graduação *latu sensu*, na área de Gestão Escolar, pela Internet. Um dos destaques do trabalho desenvolvido pela UFG Virtual é a criação de suas próprias ferramentas (linguagem, *design* e banco de dados) para a elaboração dos cursos virtuais.

Segundo o coordenador-geral, Prof. Dr. Juliano Lopes de Oliveira, a UFG Virtual produziu um ambiente de Educação a Distância (EAD) comparável aos melhores do mercado, como o Aulanet e o Webct. Várias universidades apenas se apropriam das ferramentas criadas por outras instituições. "Não estamos preocupados em fazer uma ferramenta comercial e sim aquelas que atendam a nossas necessidades", diz Juliano Lopes. O ambiente de

ensino, segundo ele, deve ser bem interativo, motivado, rápido e deve oferecer *links* para outras páginas.

O curso foi lançado pelos consórcios com a Universidade Virtual do Centro-Oeste (Univir-CO) e com a Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede). A Univir-Co conta com a participação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), da Universidade de Brasília (UnB) e das universidades estaduais e federais do Mato Grosso do Sul (MS) e Mato Grosso (MT). Já a UniRede é um consórcio de 61 universidades públicas brasileiras.

gestão escolar

Sob a coordenação geral do Prof. Dr. Luís Fernandes Dourado (Faculdade de Educação/UFG), o curso de Gestão Escolar tem como principal objetivo contribuir para a formação técnica e política de professores e gestores dos ensinos fundamental e médio. Com uma perspectiva transformadora, o curso, que é interdisciplinar,

como expressão cultural. Os principais motivos dessa perda de identidade são sua crescente popularização e rápida adaptação à cultura "branca". Com o objetivo de resgatar as raízes desta expressão, o Espaço Cultural desenvolve o projeto Calunga, que ensina a técnica e a filosofia da primeira forma de capoeira praticada no Brasil: a angola.

Surgida no final do século XIX, a capoeira angola tem como alicerce a lealdade e o respeito ao ser humano, segundo o professor Carlos Alberto Martins, conhecido como Guaraná. Além dos golpes, ela valoriza principalmente aspectos culturais, como a dança, o canto e a teatralização. De acordo com a filosofia angola, o uso da capoeira para agredir o próximo é totalmente condenável. As primeiras manifestações da capoeira, segundo Guaraná, tinham um forte conteúdo evolucionário. A prática da capoeira era o momento em que o escravo se libertava da opressão dos senhores-de-engenho e se dedicava, de corpo e alma, àquela prática que o revivava.

Criado em 1998, para atender a necessidades curriculares dos cursos de Educação Física, História e Ciências Sociais, o Projeto Calunga é aberto a toda a sociedade. As aulas são ministradas pelo professor Guaraná, capoeirista há 15 anos, e a prática é livre. Não há qualquer sistema de gradação, como as faixas. "Adotamos este método para que o aluno se dedique por completo à expressão e não veja a capoeira apenas como competição ou malhação", explica Guaraná.

A capoeira é uma expressão cultural que pode ser definida como esporte, dança, arte marcial, luta ou

jogo. Ela tem seus próprios fundamentos, baseados em conceitos como lealdade e respeito ao ser humano. Suas primeiras manifestações no Brasil se deram durante o século XIX, no período da escravatura. Os escravos a praticavam como forma de lazer e também como resistência ao regime no qual viviam, por meio de discussões e críticas aos senhores de engenho.

Hoje, a capoeira está bem difundida e é praticada em academias e escolas. Existem, atualmente, dois grupos de capoeira em Goiás: os angolas e os regionais. Os primeiros enfatizam os aspectos da expressão, priorizando a união entre golpes, canto, instrumentos e dança. Há, em Goiânia, seis grupos angolas que trabalham, como no Projeto Calunga, para ampliar o número de participantes. Já a capoeira regional, criada pelo mestre Bimba, na Bahia, enfatiza os aspectos de luta e tem até um sistema de gradação, baseado em faixas de diversas cores, como no caratê. Um exemplo é o grupo Candeias, que tem inúmeros grupos espalhados por toda a grande Goiânia.

Quasar Companhia de Dança

O surgimento da Quasar Companhia de Dança, em 1988, foi um dos acontecimentos artísticos mais importantes de Goiás. Propostas inovadoras, e em sintonia com as tendências mundiais, trouxeram à Quasar uma notoriedade sem precedentes no cenário nacional. Notoriedade que despontou em 1996, quando a companhia venceu uma competição em Hamburgo, Alemanha, no "Internationales Summer Theater Festival". Essa vitória marcou uma

turnê internacional que estaria apenas começando. Logo em seguida, a companhia participou do 3º Susanne Dellal Dance Festival de Tel-Aviv, em Israel, onde o seu espetáculo "Versus" foi eleito o melhor do festival.

Tanto sucesso fez com que a Quasar tivesse uma participação expressiva no Carlton Dance Festival, em 1996. Em 1997, a companhia monopolizou as atenções, no "Prêmio Mambembe" – evento promovido pelo Ministério da Cultura no Brasil – com o espetáculo "Registro". A apresentação da Quasar foi considerada a melhor nas categorias grupo, espetáculo, coreógrafo e bailarinos-revelação.

Apesar das conquistas atuais, a Quasar passou por várias dificuldades até alcançar o destaque de hoje. Quando a companhia deu seus primeiros passos, em 1998, Goiânia não oferecia muitas oportunidades a um grupo que surgia com as propostas da Quasar. Tudo começou timidamente, nas salas de aula de Julson Henrique, professor de dança que, nos anos 80, tentou chamar a atenção da cidade para *performances* mais modernas. Foi nessa época que foi criado o Grupo Energia, precursor da Quasar. Uma das integrantes, Vera Bicalho, conheceu Henrique Rodovalho, atual coreógrafo da Companhia, e este foi o ponto de partida para a formação da Quasar.

Juntos, Vera Bicalho e Henrique Rodovalho, decidiram formar um novo grupo, que não se fixasse em nenhum modelo consagrado, mas que fosse totalmente livre de regras acadêmicas. Nascia então a Quasar, nome que representa pontos do universo em que a alta concentração de energia é capaz de gerar estrelas e galáxias. X

Serviço

Espaço Cultural da UFG
 Av. Universitária – Qd. 71 nº 1533 – Setor Leste
 Universitário
 74605-018 – Goiânia - GO
 Telefax: (0xx) 202-1840
 E-mail: izabete@proec.ufg.br
 Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Prof. Dra Ana Luiza
 Lima Sousa
 Coordenador de Extensão Cultural: Prof. Dr. Magno
 L. Medeiros da Silva
 Diretora do Espaço Cultural: Izabete da Silva Ataíde



1ª Jornada de EAD (da esquerda para a direita: Magno Medeiros, Ana Luiza Sousa, Milca Pereira, Marlene Faleiros, Juliano Oliveira e Luís Dourado)

UFG na era virtual

busca como eixo de discussão o desenvolvimento de estratégias e princípios que possibilitem a democratização das escolas. Nessa primeira experiência, foram oferecidas 50 vagas para os quatro pólos contemplados pelo curso: Goiânia, Campo Grande (MS), Cáceres (MS) e Dourados (MS). A duração é de 180 horas, distribuídas igualmente em quatro módulos.

O conteúdo desses módulos segue a seguinte seqüência: "Administração e Organização"; "Política, Gestão e Autonomia da Unidade Escolar"; "Novas Tecnologias, Educação e Democratização Escolar" e, por fim, "Projeto Político-Pedagógico e Democratização das Relações Escolares". O aluno conta com o acompanhamento do professor da Faculdade de Educação da UFG (FE) e duas tutoras: Catarina de Almeida Santos e Karine Nunes de Moraes, alunas da FE. A tutoria é uma orientação diária aos alunos. Os alunos passam suas dúvidas por *e-mail* e num curto intervalo de tempo têm a resposta das tutoras.

Ao finalizar os estudos, o aluno deve comparecer a um encontro presencial no pólo ao qual está matriculado. Nesse encontro, que está previsto para dezembro, professores, tutores e alunos finalmente se conhecem pessoalmente. É nele que será feita a avaliação final e a apresentação de oficinas por parte dos alunos. Somente depois de encerrada essa etapa é que o aluno recebe seu certificado.

Apesar de ter como público-alvo professores e gestores de escolas da região Centro-Oeste, o curso de Gestão Escolar atrai pessoas das mais diversas localidades, como João Pessoa (PB), São Paulo (SP) e Belém (PA). A aluna Magda Catarina Alves de Vasconcellos, 32, que mora em Taguatinga (DF), por exemplo, apesar de ser psicóloga, disse que se interessou pelo curso de Gestão Escolar porque já foi professora do ensino fundamental e tem como projeto pessoal voltar a atuar nessa área, futuramente.

Ao lançar seu primeiro curso virtual, em junho passado, a Universidade Federal de Goiás (UFG) mostrou que está em sintonia com a evolução tecnológica. Em Goiás, a UFG foi a primeira instituição de ensino superior a lançar um curso de pós-graduação *latu sensu*, na área de Gestão Escolar, pela Internet. Um dos destaques do trabalho desenvolvido pela UFG Virtual é a criação de suas próprias ferramentas (linguagem, *design* e banco de dados) para a elaboração dos cursos virtuais.

Segundo o coordenador-geral, Prof. Dr. Juliano Lopes de Oliveira, a UFG Virtual produziu um ambiente de Educação a Distância (EAD) comparável aos melhores do mercado, como o Aulanet e o Webct. Várias universidades apenas se apropriam das ferramentas criadas por outras instituições. "Não estamos preocupados em fazer uma ferramenta comercial e sim aquelas que atendam a nossas necessidades", diz Juliano Lopes. O ambiente de

ensino, segundo ele, deve ser bem interativo, motivado, rápido e deve oferecer *links* para outras páginas.

O curso foi lançado pelos consórcios com a Universidade Virtual do Centro-Oeste (Univir-CO) e com a Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede). A Univir-Co conta com a participação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), da Universidade de Brasília (UnB) e das universidades estaduais e federais do Mato Grosso do Sul (MS) e Mato Grosso (MT). Já a UniRede é um consórcio de 61 universidades públicas brasileiras.

gestão escolar

Sob a coordenação geral do Prof. Dr. Luís Fernandes Dourado (Faculdade de Educação/UFG), o curso de Gestão Escolar tem como principal objetivo contribuir para a formação técnica e política de professores e gestores dos ensinos fundamental e médio. Com uma perspectiva transformadora, o curso, que é interdisciplinar,

Falta de tempo e desejo de maior qualificação profissional foram o que levou Christiano Vieira de Melo, 22, formado em Geografia pela UFG, a procurar o curso de Gestão Escolar. "Estamos num mercado em que é essencial a qualificação do profissional, para obter melhores condições de competir no mercado", diz Christiano Melo, que é trabalhador em educação.

O curso Gestão Escolar foi oficialmente lançado no dia 21 de junho de 2000, no auditório da Biblioteca Central, durante a "I Jornada de Educação a Distância: Experiências, Projetos e Perspectivas". O evento, promovido pela PROEC/UFG Virtual e transmitido por videoconferência ao CEFET, abordou temas como legislação em EAD; possibilidades, perspectivas e desafios da educação virtual através dos diferentes meios (Internet, rádio, TV, videoconferência, teleconferência, material impresso etc.).

TV Escola

Outro projeto no qual a UFG Virtual está envolvida é o "TV na Escola e os Desafios de Hoje", numa parceria com o MEC, UniRede e Secretaria Estadual da Educação. O objetivo desse curso é capacitar professores do ensino fundamental e médio a utilizarem os recursos da TV Escola, como vídeos e programação veiculada pelo canal. As aulas começaram em 15 de outubro e devem ir até março de 2000. O curso é veiculado às quintas-feiras, às 21 horas, e reprisado aos sábados, às 9 horas.

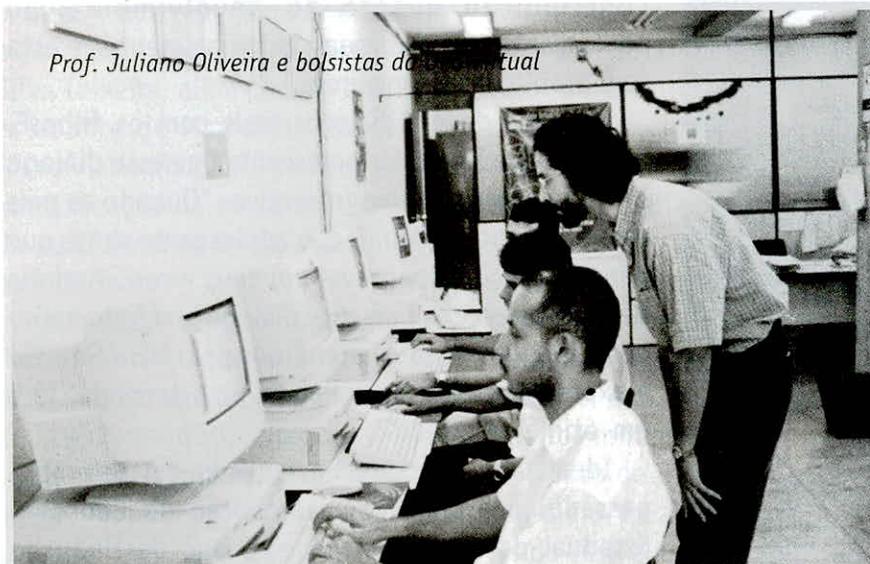
Segundo a coordenadora estadual do projeto, Rosana Maria Ribeiro Borges, formada em Comunicação Social e mestre em Educação, o curso surgiu para preencher uma carência presente nas escolas. "Muitos professores alugam vídeos para preparar suas aulas e não sabem utilizar o material que a TV Escola disponibiliza", diz. A

procura pelo curso é tão grande que as 30 mil vagas oferecidas para as primeiras turmas não foram suficientes para atender à demanda, que é de 230 mil professores em todo o País.

ensino democrático

Longe de substituir o ensino tradicional, e sem nenhuma intenção a esse respeito, a EAD tem como principal proposta a democratização do ensino. Como no mundo atual as mudanças ocorrem numa velocidade incrível, fica difícil acompanhar toda a evolução do ensino. Ainda mais quando se tem de trabalhar e estudar ao mesmo tempo. No ensino virtual, o aluno escolhe seus horários, não precisa sair de casa ou do trabalho e pode fazer cursos que estão disponíveis em outras cidades ou Estados.

Não é só falta de tempo ou limitação geográfica que atraem as pessoas ao ensino virtual. Os diversos recursos, principalmente os multimeios, também são um importante chamariz. Segundo o professor Luiz Fernandes Dourado, por utilizar multimeios, o que possibilita realizar videoconferências e teleconferências, a EAD se apresenta como alternativa, mas não substitui a educação presencial. "O ensino virtual não é o único nem o mais eficaz método de ensino e sim mais uma proposta pedagógica", enfatiza. X



Prof. Juliano Oliveira e bolsistas do UFG Virtual

UFG Virtual é o nome do Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação a Distância, localizado no prédio da Biblioteca Central da UFG, no Campus Samambaia. Vinculada administrativamente à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), os principais objetivos da UFG Virtual são pesquisar, desenvolver e utilizar recursos tecnológicos e didáticos em EAD. Para tanto, o projeto conta com a participação de alunos bolsistas e professores orientadores.

A criação da UFG Virtual foi oficializada pelo Conselho Universitário em sessão plenária do dia 25 de agosto de 2000. Entretanto, atividades técnico-administrativas necessárias para a implementação do órgão vieram sendo desenvolvidas desde 1999, quando, no dia 20 de outubro foi instalado o seu laboratório. O novo espaço foi entregue pela Reitora, Profa. Dra. Milca Severino Pereira; pela Pró-Reitora de Extensão e Cultura, Profa. Dra. Ana Luiza Lima Sousa; e pelo Prof. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva, então coordenador do Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração da minuta de Resolução da UFG Virtual.

Além dos cursos disponíveis atualmente, estão em fase de preparação os cursos de "Promoção da Saúde e Saúde Pública", "Projeto Lógico e Conceitual de Bancos de Dados", "Administração de Sistema Linux", "Introdução a Microinformática" e "Desenvolvimento de Páginas Web Dinâmicas". Já em sua fase final, espera-se o lançamento ainda este ano do curso de "Metodologia de Pesquisa Científica". Como projeto futuro, a UFG Virtual espera lançar cursos de extensão e de graduação pela Internet.

exigências legais

Os cursos oferecidos pela UFG Virtual seguem todas as exigências legais estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Para ter seu projeto de EAD aprovado, a UFG teve que atender a uma série de exigências. Dentre elas, está a apresentação de um breve histórico, com dados sobre a localização da sede, capacidade financeiro-administrativa, infra-estrutura, denominação, condição jurídica e

situação fiscal, de acordo com o artigo 2º da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamentam o ensino a distância no Brasil.

Outras exigências importantes são a qualificação acadêmica e experiência profissional das equipes multidisciplinares (corpo docente e especialistas) e de eventuais instituições parceiras. Também é necessário apresentar um quadro de infra-estrutura adequada aos recursos didáticos, suportes de informação e meios de comunicação a serem adotados. O credenciamento da UFG Virtual ao MEC permite à instituição emitir, ao término dos cursos de EAD, um diploma regulamentado como qualquer outro do ensino tradicional. **X**

como participar

Aluno	Professor	Parcerias
<ul style="list-style-type: none"> •Efetuar cadastro na UFG Virtual; •Entrar como usuário cadastrado na UFG virtual; •Escolher o curso; •Efetuar pedido de matrícula no curso escolhido. 	<ul style="list-style-type: none"> •Os docentes da instituição podem procurar a sede da UFG Virtual para obter apoio no desenvolvimento e oferecimento de cursos de EAD; •Informações pelo e-mail para contato@ufgvirtual.ufg.br. 	<ul style="list-style-type: none"> •As instituições interessadas em manter parcerias com a UFG virtual também devem mandar um e-mail para contato@ufgvirtual.ufg.br; •As parcerias da UFG Virtual são feitas somente em âmbito institucional. Atualmente, é parceira da Univir-Co e da UniRede.

Serviço

UFG Virtual
 Universidade Federal de Goiás
 Prédio da Biblioteca Central – Campus Samambaia
 74001-970 – Goiânia – GO
 Home Page: www.ufgvirtual.ufg.br - E-mail: contato@ufgvirtual.ufg.br
 Tel.: (0xx62) 521-1344 – Fax: (0xx62) 521-1328
 Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Profa. Dra. Ana Luiza Lima Sousa
 Coordenador da UFG Virtual: Prof. Dr. Juliano Lopes de Oliveira

NECASA

atividades do NECASA envolvem adolescentes



uma segunda casa para o adolescente

A adolescência é uma das fases mais complexas do ser humano. Segundo as definições da Psicologia, trata-se de um momento crítico, mas que não deve ser encarado como ruim e, sim, como uma fase especial, em que ocorrem mudanças físicas e espirituais. Para compreender melhor esse universo e, assim, desenvolver um trabalho de atendimento aos jovens, a UFG mantém o Núcleo de Estudos e Coordenação de Ações para a Saúde do Adolescente (NECASA), dirigido pela Profa. Célia Maria Ferreira da Silva Teixeira.

Vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), o NECASA completou, no dia 17 de novembro de 2000, 12 anos de existência. Criado timidamente, hoje esse espaço vem se consolidando como um centro de referência, em Goiás, no que se refere à saúde integral do adolescente.

O ponto de partida do trabalho do NECASA é a análise do contexto familiar e social dos jovens que participam dos programas de

atendimento. Dentre as ações desenvolvidas, estão acompanhamento psicológico, palestras em escolas, reuniões como o adolescente e sua família e capacitação de profissionais para atuarem nessa área específica. Além disso, o NECASA pesquisa diversos temas relacionados com a adolescência, tais como gravidez, drogas, conflitos familiares e transmissão de doenças entre meninos de rua – inclusive doenças sexualmente transmissíveis.

prevenção ao uso de drogas

Um dos projetos mais importantes do NECASA é o de "Prevenção e Atendimento a Crianças e Adolescentes Envolvidos com o Uso de Drogas". Uma das principais características desse projeto é a análise da dinâmica familiar. Segundo a psicóloga Andréia Pacheco Teixeira, envolvida com o projeto, "a drogadição é sintoma de uma disfunção familiar". Pelas reuniões realizadas, Andréia Pacheco afirma que a família tem grande

contribuição quanto ao envolvimento do adolescente com as drogas, principalmente se esta tem problemas financeiros.

"Os pais devem dialogar mais com os filhos", afirma a psicóloga. Ela acrescenta que esse diálogo deve ser democrático e interativo. "Quando os pais estão presentes à reunião, o adolescente sente que não é o único responsável por seus erros". Andréia Pacheco acrescenta que esse diálogo tem feito muito bem aos adolescentes atendidos pelo NECASA. "Só a expressão deles, que chegam aqui sorrindo, já é um ótimo resultado".

Idealizado em 1998, e lançado em setembro passado, o projeto tem aprovação do Conselho Estadual da Assistência Social, que destinou ao NECASA uma verba de R\$ 87.700,00, a serem distribuídos para Goiânia, Senador Canedo e Trindade. Com essa verba, o órgão pode contratar psicólogos, psiquiatras, psicopedagogos e bolsistas provenientes da Fundação Pró-Cerrado.

NECASA e comunidade

Além de desenvolver trabalhos práticos e teóricos internamente, o NECASA também vai até a comunidade. É o exemplo do projeto "Construindo Parcerias na Comunidade do Jardim Novo Mundo", que realiza reuniões quinzenais no espaço da associação dos moradores. O objetivo é criar um canal de diálogo entre pais e adolescentes que passam por dificuldades de relacionamento, naquele bairro e comunidades vizinhas.

Segundo a coordenadora do NECASA, Célia Teixeira, as reuniões grupais, que se iniciaram em agosto passado, apresentaram um bom resultado. A perspectiva agora, segundo ela, é realizar encontros isolados com pais e filhos. A comunidade se interessou tanto pelo projeto, que a primeira reunião teve a participação de 50 pessoas. "A universidade tem que estar além de seus muros", diz. "Isso depende de nossa vontade e de propostas concretas", acrescenta.

prevenção ao suicídio

Outro importante projeto desenvolvido pelo NECASA é "Identificação dos Fatores de Risco de Suicídio entre Adolescentes Atendidos pelo NECASA/HC". Trata-se de um projeto de extensão, mantido pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFG

(PROEC), que tem como orientadora a psicóloga Célia Maria Ferreira da Silva Teixeira, além de uma bolsista, estudante de Medicina, Cláudia da Silva Oliveira. A pesquisa de identificação de casos de tentativa de suicídio teve início este ano no mês de maio.

Com base em acompanhamento feito com adolescentes que participaram das sessões do NECASA, de 1997 a 2000, chegou-se aos seguintes resultados: em 1997 e 1998, houve três tentativas de suicídio (em cada ano); em 1999, foram quatro casos e, em 2000, um número bem maior: seis casos. A pesquisa também aponta uma série de fatores que podem ter influenciado na decisão dos adolescentes. Dentre eles, os mais frequentes, segundo a pesquisa, são o isolamento, a depressão e a agressividade.

equipe multiprofissional

Com uma equipe multiprofissional, composta por assistentes sociais, psicólogos, pediatras, psiquiatras e estagiários, o NECASA tem como público-alvo os adolescentes de 10 a 19 anos,

principalmente os de baixa renda, pois são justamente estes que não têm condições financeiras de procurar um profissional da saúde mental. Segundo levantamento do NECASA, 38,8 % das famílias atendidas possuem renda de até três salários mínimos, o mesmo percentual tem renda de três a seis salários mínimos e apenas 22,6% das famílias têm renda acima de seis salários mínimos.

O fato de o NECASA atender, em sua maioria, adolescentes de baixa renda não quer dizer que as outras parcelas da sociedade estejam excluídas. O espaço é aberto a todos, até mesmo aos pais dos adolescentes. As sessões de acompanhamento psicológico são realizadas às terças e quintas-feiras, à tarde, em local integrado ao Hospital das Clínicas (HC). Para se inscrever a este e a outros programas do NECASA, basta se dirigir à triagem do HC e marcar o dia e o horário de visita.

Somente em 1999, foram atendidos 1.196 jovens, o que resultou num total de 8.372 atendimentos (mais detalhes na tabela a seguir). Todo o trabalho do

NECASA começou em 1983, quando foi idealizado por um grupo de estudos do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da UFG. Em agosto de 1984, teve início o trabalho de atendimento aos adolescentes. Três anos depois, era a vez do Departamento de Ginecologia e Obstetria se integrar ao projeto, o que resultou em sua ampliação. A partir daí, foi criado o Ambulatório de Ginecologia e Pré-Natal, para atendimento específico aos adolescentes.

Em 1998, foi aprovada, então, a criação de um centro de estudos sobre a saúde do adolescente, na Faculdade de Medicina. Mas, por ser o tema adolescência muito amplo, o Reitor à época, Joel Pimentel de Ulhôa, achou melhor ampliar o projeto, e, assim possibilitar integração com outras unidades da UFG. Foi, criado, então, em 17 de agosto de 1998, o NECASA. X

Projeto	Consultas	Reuniões
	n.º	%
Atendimento ao adolescente no ambulatório	2.516	158
Atendimento em ambulatório de ginecologia e obstetria	3.066	144
Atendimento a filhos de adolescentes	300	13
Extensão - atendimento de adolescentes do Jardim Novo Mundo	892	29
Total	6.774	344

Dados referentes a 1999 (o mês de dezembro não está incluído).

Serviço

Núcleo de Estudos e Coordenação de Ações para Saúde do Adolescente (NECASA)

Universidade Federal de Goiás

Primeira Avenida - Qd. 68 - Área 1 - Setor Leste Universitário

Telefax: (0xx62) 202-4775

E-mail: celiaferreira@cultura.com.br

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Profa. Dra. Ana Luíza Lima Souza

Coordenadora do NECASA: Profa. Célia Maria Ferreira da Silva Teixeira



equipe multiprofissional do NECASA

UFG em números

Localizada numa área total de 6.307.944,59 metros quadrados, a Universidade Federal de Goiás (UFG) mantém, hoje, 24 unidades acadêmicas, além do Centro de Estudos Aplicados à Educação (CEPAE), antigo Colégio Aplicação. Ao todo, são seis *campi*: dois em Goiânia, três no interior e um no Tocantins.

No Campus Samambaia, há 29 unidades acadêmicas. Já no Campus Colemar Natal e Silva, 13; em Catalão, 6; em Rialma, duas; em Goiás, uma; em Porto Nacional, uma; e em Jataí, 5.

Além das Unidades Acadêmicas, a UFG também tem vários órgãos voltados para a pesquisa, administração e atividades culturais. No Campus Samambaia, há a Biblioteca Central, o Telescópio do Observatório Canopus, o Centro Editorial e Gráfico (CEGRAF), a creche e o Restaurante Universitário. Há também vários órgãos administrativos, como a Reitoria, as Pró-Reitorias e a Coordenação de Assuntos Internacionais (CAI).

No Campus Colemar Natal e Silva, além de uma extensão da Biblioteca, há também o Museu Antropológico, o Espaço Cultural, o Centro de Seleção da UFG, a Casa do Estudante Universitário, o Laboratório Rômulo Rocha, o Hospital das Clínicas e o Centro de Gestão do Espaço Físico. Em outros pontos da cidade, próximos à região central, a UFG mantém a Rádio Universitária, o Planetário e a casa do Professor Visitante.

quadro discente

Corpo discente	n.º
Alunos de graduação	12.885
Alunos de especialização	1.292
Alunos de mestrado e doutorado	741
Alunos do ensino fundamental e médio	695
Alunos da pré-escola/iniciação musical	322
Alunos de cursos de extensão e cultura	3.209
Total	19.144

Vestibular 2001	n.º
Inscritos	31.023
Vagas	3.020

Cursos	n.º
Total de cursos (capital e interior)	60
Cursos com bacharelado	30
Cursos com licenciatura	4

quadro docente e técnico-administrativo*

Servidores	n.º
Professores graduados	90
Professores especialistas	245
Professores mestres	440
Professores doutores	337
Professores visitantes	5
Professores substitutos	170
Funcionários técnico-administrativos	1.924

*Dados referentes ao 2º semestre de 2000.

programas de auxílio ao aluno*

Programa	Vagas
	n.º
Bolsas de estágio (PROCOM)	170
Bolsas de iniciação científica (CNPq-PRPPG)	201
Bolsas de extensão e cultura (PROEC)	50
Bolsas de licenciatura (PROGAD)	43
Bolsas de Pós-graduação da UFG	18
Creche	110
Alimentação (Restaurante universitário)	112
Isenção de taxa de matrícula	1.670
Moradia Estudantil	222

*Dados referentes a 2000.

pós-graduação

Programas	n.º
Mestrado	18
Doutorado	1
Especialização	45
Grupos e núcleos de pesquisa	108

cursos, projetos e eventos cadastrados na PROEC segundo o ano

	1998	1999	2000
Cursos	*	21	48
Projetos	157	271	425
Eventos	*	*	81

*sem registro

público atendido pela produção em extensão e cultura no ano de 2000

Público atendido	n.º
Interno	642
Externo	14.912*

*somatório de alunos de cursos de extensão e outras modalidades

alunos de extensão e cultura segundo a modalidade

Modalidade	n.º	%
UFG Virtual educação a distância	1.337	41,66
PROEC – presencial	1.872	58,33
Total	3.209	100,00

GWAYA

C O N T A D O R E S D E H I S T Ó R I A S



Escute



Veja



Sinta



Imagine



Liberte-se



Viaje

Home Page: www.ufg.br/ex-alunos
E-mail: ex-alunos@listas.ufg.br
Tel.: (0xx62) 521-1365 (PROEC)
Fax.: (0xx62) 521-1328 (PROEC)

CONTATO:



UFPA

da

Ex-alunos

reunidos



Objetivos

PROGRAMA EX-ALUNOS DA UFPA

- . Promover a integração entre a Universidade Federal de Goiás e seus ex-alunos, viabilizando ações de cooperação institucional e de participação acadêmica, científica e cultural;
- . Incentivar a participação dos ex-alunos em cursos e projetos da UFPA (educação continuada e outros em nível de pós-graduação, extensão e cultura);
- . Encaminhar subsídios a ações político-institucionais de cooperação e solidariedade;
- . Contribuir na defesa institucional da UFPA;
- . Promover a interação da UFPA com o mercado de trabalho.